

RELATÓRIO INSTITUCIONAL 2024



Há 56 anos, a OPAN atua pelo fortalecimento do protagonismo indígena no cenário regional, valorizando sua cultura, seus modos de organização social através da qualificação das práticas de gestão de seus territórios e recursos naturais, com autonomia e de forma sustentável.

Historicamente, as equipes indigenistas multidisciplinares da OPAN realizam trabalhos de base junto aos povos indígenas em eixos como política, terra, saúde e economia. A metodologia de trabalho da OPAN é pautada na ação direta, por meio do convívio e do envolvimento no cotidiano das aldeias, que são o núcleo orientador das propostas e desenvolvimento dos projetos.

Entre os objetivos da OPAN estão a defesa dos direitos humanos, o apoio a povos indígenas e populações tradicionais, o reconhecimento dos direitos indígenas, a conservação do meio ambiente, o desenvolvimento de pesquisas antropológicas, socioeconômicas e ambientais, além da formação de equipes para a execução de projetos. Nesse sentido, é histórica a contribuição da OPAN na capacitação de indigenistas através de seu curso de formação, oferecido em diferentes modalidades ao longo de toda a sua história.

Publicado por:

Operação Amazônia Nativa (OPAN)

Cuiabá, MT | Av. Ipiranga, 97, Goiabeiras | CEP 78032-035 | +55 (65) 3322-2980

Lábrea, AM | Av. 22 de Outubro, 1759, Centro | CEP 69830-000 | +55 (97) 3331-1737

E-mail: secretaria@amazonianativa.org.br

Website: amazonianativa.org.br

Foto de capa: Paulo Tsikdi Rikbaktsa, por Ahmad Jarrah/OPAN

Foto contracapa: Henrique Santian/OPAN

Projeto gráfico e diagramação: Alessandra Bernardes

©OPAN 2025

OPAN RELATÓRIO INSTITUCIONAL 2024

Operação Amazônia Nativa - OPAN

Cuiabá-MT, Brasil – agosto de 2025





Patrícia Pedzaré, do povo A'uwê (Xavante), coletando sementes de urucum na TI Marãiwatsédé (MT). Foto: Adriano Gambarini/OPAN.



EXPEDIENTE

Textos

Bruna Pinheiro

Dafne Spolti

Daniel Luid Campos

Helena Corezomáé

Talita Oliveira

Túlio Paniago

Revisão

Adryan Nascimento

Andreia Fanzeres

Antonio Miranda

Artema Lima

Dafne Spolti

Diogo Henrique Giroto

José Cândido

Gustavo Silveira

Ivar Busatto

Lola Campos

Luciana Rebellato

Marcelo Okimoto

Paulo Eberhardt

Ricardo Carvalho

Rodrigo Tawada

Tradução

Todd Harkin | Harkin Translations



Castanha-da-Amazônia armazenada na sede da Associação dos Produtores Indígenas da Terra Indígena Caititu (APITC), no Amazonas. Foto: Adriano Gambarini/OPAN

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO // PAG 11

AMAZONAS

MÉDIO JURUÁ // PAG 16

POVO DENI DO RIO XERUÁ // PAG 16

POVO KANAMARI // PAG 20

FÓRUM TERRITÓRIO MÉDIO JURUÁ // PAG 21

SUL DO AMAZONAS // PAG 23

POVO APURINÃ, TERRA INDÍGENA CAITITU // PAG 23

POVOS APURINÃ, TENHARIM, JIAHUI, BANAWA E JAMAMADI | COMUNIDADES EXTRATIVISTAS // PAG 28

POVO PAUMARI DO RIO TAPAUÁ // PAG 32

REDES E COLETIVOS | COLETIVO DO PIRARUCU // PAG 38

MATO GROSSO

SITUAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS EM MATO GROSSO // PAG 44

REDES E COLETIVOS | FORMAD // PAG 46

BACIA DO RIO JURUENA // PAG 48

TERRA INDÍGENA APIAKÁ DO PONTAL E ISOLADOS // PAG 48

POVO RIKBAKTSÁ // PAG 52

TERRA INDÍGENA APIAKÁ-KAYABI E POVO ENAWENE NAWÉ // PAG 55

POVO KAJKWAKHRATXI-TAPAYUNA // PAG 57

REDE JURUENA VIVO // PAG 58

POVO MANOKI // PAG 63

POVO HALITI-PARESI // PAG 64

BACIA DO GUAPORÉ // PAG 66

POVO CHIKUITANO // PAG 66

INTERFLÚVIO XINGU-ARAGUAIA // PAG 68

POVO XAVANTE DA TI MARÃIWATSÉDÉ // PAG 68

TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL // 71

EQUIPE OPAN 2024 // 72

FINANCIADORES // 75

ENDEREÇOS E CONTATOS // 77



Encontro de gerações do povo Paumari na pesca
manejada de pirarucu: Sara com sua neta Khethalley
e sua filha, Kamelice. Foto: Adriano Gambarini/OPAN



Aldeia Idecorá, TI Caititu (AM).
Foto: Adriano Gambarini/OPAN

APRESENTAÇÃO

A emergência climática mostrou o inimaginável em 2024. Rios de quilômetros de largura e extensão se encolheram a fios de água no Amazonas, alterando de forma incalculável a vida das pessoas e do ecossistema. A seca histórica foi acompanhada por queimadas em diversos municípios do estado, deixando o ar irrespirável.

Em Mato Grosso, o fogo se alastrou por todos os biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal. O clima alterado, que potencializou os impactos naturais do El Niño e de La Niña, teve resultados dramáticos para muitas vidas e acarretou em prejuízos enormes às economias, especialmente as de alimentos, tanto em sua semeadura, quanto na qualidade e produção.

Nesse contexto de muitas mudanças climáticas, nas disputas relacionadas aos diferentes modelos de desenvolvimento, os povos indígenas ocupam um lugar paradoxal. Embora seus modos de vida contribuam diretamente com a conservação do meio ambiente, eles sofrem de maneira imediata e violenta as consequências dos impactos ambientais. Em tempos de crise, os povos indígenas são protagonistas na preservação da biodiversidade e na regulação da temperatura global, mas também são grandes vítimas do avanço do aquecimento global.

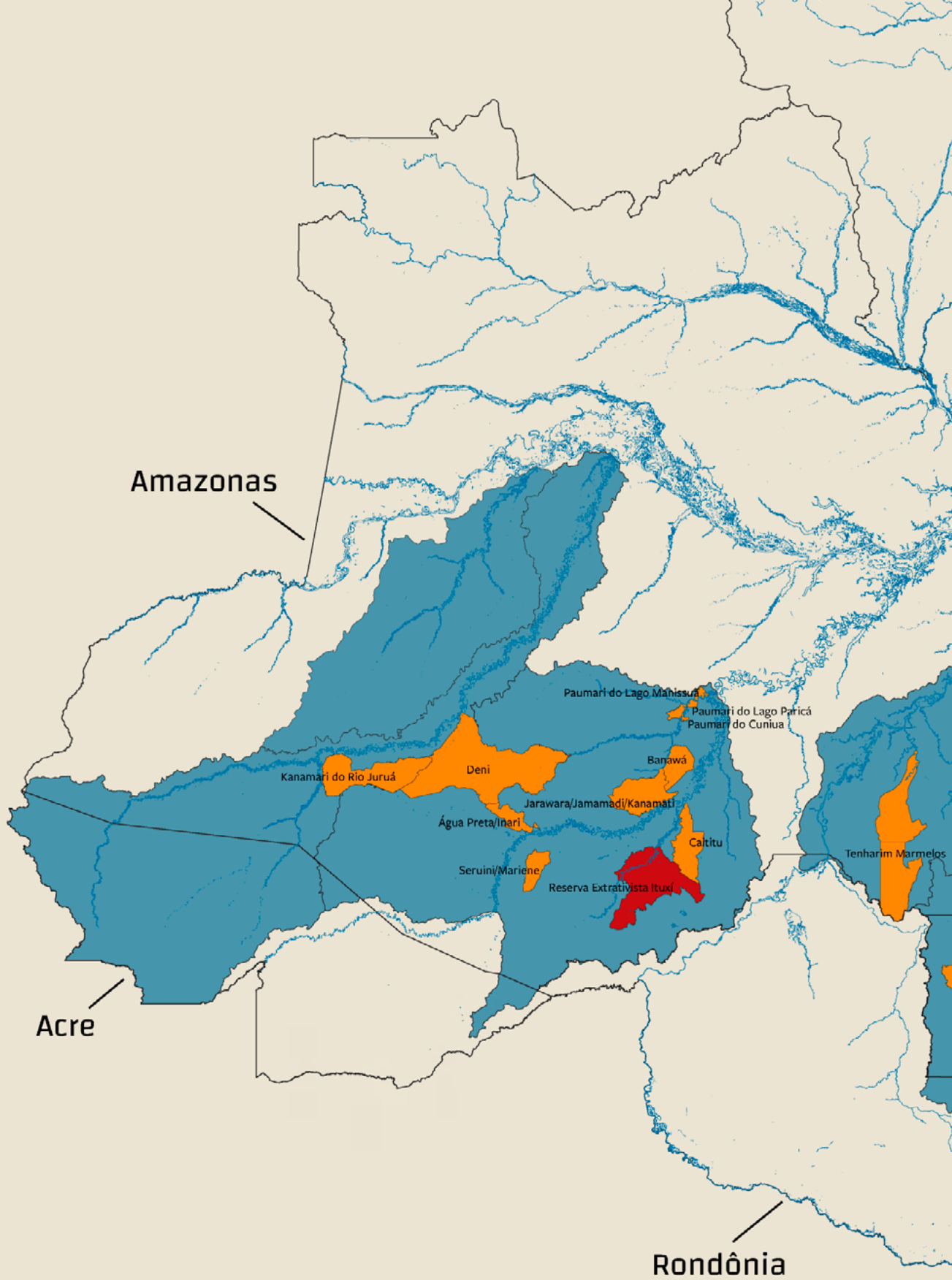
Atentos às violações que não param de chegar, como desmatamento, invasões e mineração, os principais guardiões da natureza observam as forças políticas em constante embate entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que tem resultado em retrocessos significativos na legislação e nos programas de proteção ambiental.

Contudo, povos indígenas, comunidades tradicionais e parceiros somam esforços para impedir que essas pressões e ameaças se sobreponham à luta política coletiva e aos direitos constitucionais. Nesse sentido, há uma diversidade de iniciativas em curso visando caminhos promissores voltados à coletividade.

Neste relatório, apresentamos projetos de vida de povos do Amazonas e de Mato Grosso e seu empenho em garantir o bem-viver de suas famílias e a proteção de seus territórios, com economias sustentáveis e constantes atividades para a garantia de políticas públicas qualificadas.

As atividades aqui relatadas são realizadas com apoio da OPAN, instituição indigenista com 56 anos de atuação, e que atualmente está organizada em três programas institucionais: Amazonas, Mato Grosso e de Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade.

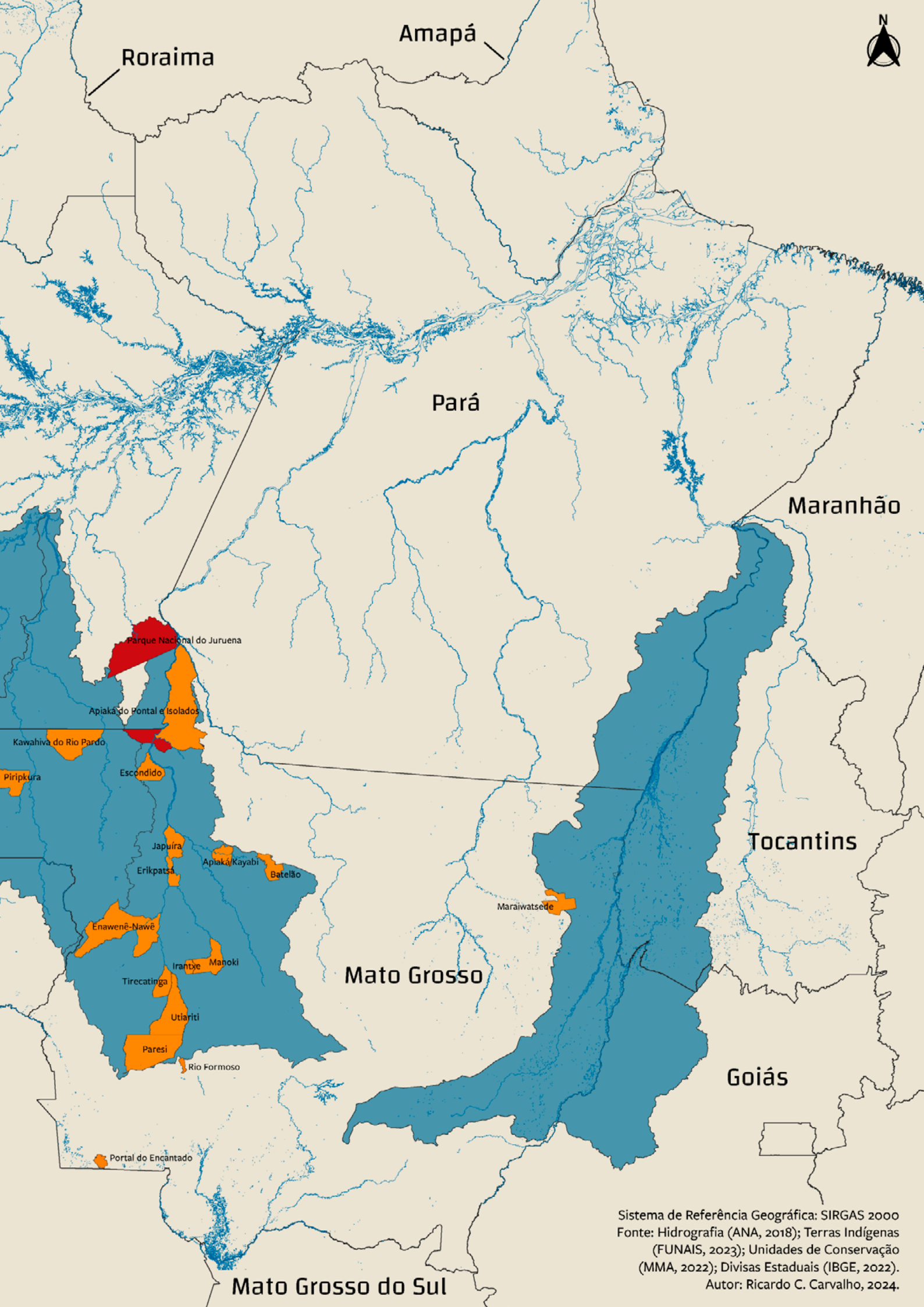
Boa leitura!



Legenda

- Hidrografia
- Terras Indígenas com atuação da OPAN
- Unidades de Conservação com atuação da OPAN
- Bacias hidrográficas com atuação da OPAN





Roraima

Amapá

Pará

Maranhão

Tocantins

Mato Grosso

Goiás

Mato Grosso do Sul

Sistema de Referência Geográfica: SIRGAS 2000
Fonte: Hidrografia (ANA, 2018); Terras Indígenas (FUNAI, 2023); Unidades de Conservação (MMA, 2022); Divisas Estaduais (IBGE, 2022).
Autor: Ricardo C. Carvalho, 2024.



AMAZ

A portrait of a young woman from the Deni tribe. She has dark hair and is wearing a headband with red feathers and a blue and white beaded band. Her face is decorated with red and white diagonal stripes and red star-like patterns. She is wearing a red top and a necklace of colorful beads. The background is a weathered wooden wall.

IONAS

Jovens do povo Deni (AM).
Foto: Adriano Gambarini/OPAN

MÉDIO JURUÁ

POVO DENI DO XERUÁ

// 20 ANOS DA HOMOLOGAÇÃO DA TERRA INDÍGENA DENI

Eixos de atuação da OPAN: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Incidência política e comunicação | Equidade de gênero*



Crianças Deni brincando no rio Xerua, na TI Deni. Foto: Adriano Gambarini/OPAN.

A XIX Assembleia da Associação do Povo Deni do Rio Xerua (Aspodex), realizada em maio de 2024, marcou os 20 anos da homologação da Terra Indígena Deni, etapa central para a transformação da vida deste povo. Foi celebrado o esforço coletivo que contou com a autodemarcação em 2001, e a conclusão do processo pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em 2004, garantindo 1,5 milhões de hectares de seu território tradicional. O momento incluiu o compartilhamento de memórias

por lideranças mais antigas e a exibição de um documentário que narra a história da autodemarcação, com apoio histórico do Greenpeace, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da OPAN.

A assembleia reuniu 126 participantes, contando com lideranças indígenas das cinco aldeias, professores, agentes de saúde e parceiros da OPAN, do CIMI e da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai). No encontro, os Deni abordaram temas como educação escolar indígena, saúde, vigilância territorial e atividades econômicas como o manejo do pirarucu e coleta da andiroba.



Demarcação da TI Deni, 2001. Arquivo OPAN.

// COLETA DE ANDIROBA EM PARCERIA COM COMUNIDADES EXTRATIVISTAS

Eixos: Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas



Encontro da Cadeia Produtiva das Oleaginosas do Médio Juruá (AM). Foto: Memorial Chico Mendes.

Ao longo dos últimos anos, o povo Deni tem fortalecido sua organização social e participado de forma mais ativa nos movimentos sociais da região do Médio Juruá, uma rede formada por associações comunitárias

de populações extrativistas e indígenas e organizações não governamentais que atuam no cenário sociopolítico e no fortalecimento de cadeias produtivas da região.

Em fevereiro de 2024, os Deni participaram do I Encontro da Cadeia Produtiva de Oleaginosas do Médio Juruá, evento organizado pelo Memorial Chico Mendes (MCM), Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari (Amaru) e Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária do Médio Juruá (Codaemj), com o apoio da OPAN. O encontro aconteceu na Base do Bauana, da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari, com a presença de diversas instituições, lideranças comunitárias e mais de 100 coletores tradicionais de sementes, onde discutiram questões relacionadas ao fortalecimento da cadeia produtiva, além de traçar o histórico de coleta de sementes na região.

Este evento favoreceu as relações dos Deni com as organizações do Médio Juruá ligadas à produção de sementes oleaginosas como a Amaru e a Codaemj, além das organizações do movimento extrativista, como o MCM e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS).

Para saber mais sobre o evento:



<https://institutojurua.org.br/comunidade-bauana-sedia-o-primeiro-encontro-da-cadeia-produtiva-de-oleaginosas-no-medio-jurua/>

<https://www.memorialchicomendes.org/2024/02/19/fortalecimento-da-cadeia-produtiva-de-oleos-vegetais-e-tema-de-encontro-em-carauari-am/>

Na sequência, durante o mês de março, 60 pessoas do povo Deni se reuniram na região da boca do rio Xerua para coletar sementes de andiroba (*karaba*, na língua Deni). As equipes foram compostas por 21 famílias do povo e a coleta foi realizada nas áreas já mapeadas no Plano de Manejo de Andiroba e Murumuru, elaborado em 2017.

A produção foi vendida para a Amaru, que comercializa a produção de toda a área da RDS Uacari para a indústria de cosméticos. Foram coletadas 308 latas de semente de andiroba, equivalente a 2.310 kg, gerando uma renda de R\$ 4.096,00, que são destinados a projetos coletivos do povo.

Acesse o Plano de Manejo de Andiroba e Murumuru do povo Deni:



<https://amazonianativa.org.br/pub/plano-de-manejo-de-andiroba-e-murumuru-na-terra-indigena-deni-do-rio-xerua-2/>

Vídeo sobre o processo de coleta:

https://www.instagram.com/p/C56-5_fPpjh/

// REUNIÃO DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MANEJO DE LAGOS DO MÉDIO JURUÁ

Eixos: Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas



Manejadores e manejadoras de pirarucu durante avaliação no Médio Juruá (AM). Foto: Asproc.

Em julho, representantes Deni participaram da Reunião de Avaliação e Planejamento do Manejo de Lagos do Médio Juruá, organizada pela Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc). A atividade reuniu mais de 200 pessoas da Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá, da RDS Uacari, do Acordo de Pesca do Baixo Carauari e da Terra Indígena Deni. Com apoio logístico da OPAN, representantes do povo Deni também participaram da reunião, que discutiu estoques pesqueiros, renda familiar e melhorias nos processos de manejo do pirarucu.

// CONTAGEM DE PIRARUCU COM AUMENTO NA QUANTIDADE DE PEIXES

Eixos: Gestão territorial e ambiental



Contagem de pirarucu na TI Deni (AM). Foto: Acervo do povo Deni.

Em agosto foi realizada a contagem anual de pirarucus nos lagos da Terra Indígena Deni, com a implementação de uma nova estratégia de organização da atividade a partir da formação de equipes de diferentes aldeias. Foram registrados 3.946 peixes, um aumento de 34,3% em relação ao ano anterior.

Por um entendimento coletivo, os Deni não pescaram em 2024, mas preveem a retomada da atividade em 2025.

POVO KANAMARI

// XIV ASSEMBLEIA DA ASSOCIAÇÃO DO POVO TÂKUNA DO RIO XERUÃ (ASPOTAX)

Eixos: Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Incidência política e comunicação | Equidade de gênero



Mulheres do povo Tâkuna, da TI Kanamari do Rio Juruá (AM), eleitas para cargos de liderança. Foto: Cristabell López/OPAN.

A XIV Assembleia Ordinária da Associação do Povo Tâkuna do Rio Xerua (Aspotax) foi realizada em junho, na Aldeia São João, Terra Indígena Kanamari do Rio Juruá. O evento reuniu 50 pessoas, entre moradores das três aldeias Kanamari, representantes do povo Deni e indigenistas da OPAN. Durante três dias, foram debatidas pautas relacionadas à saúde, educação e vigilância territorial. O evento representou também um marco na organização política dos Kanamari, com a eleição das primeiras seis mulheres para os cargos de liderança.

“Foi difícil ocupar esse lugar. No início eu não entendia bem, mas fui aprendendo e agora me sinto feliz pelo que sou e pelo que represento. Fui escolhida para esse papel, e vou ajudar os jovens, fazendo reuniões nas aldeias, dando força e incentivando-os a ocupar outros espaços”, refletiu a jovem Waomah Érica Kanamari, de apenas 16 anos, eleita durante a assembleia para liderar a juventude.

Para saber mais:



<https://amazonianativa.org.br/2024/08/28/povo-kanamari-avanca-na-organizacao-social-e-equidade-de-genero/>

FÓRUM TERRITÓRIO MÉDIO JURUÁ (FTMJ)

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Incidência política e comunicação*

A principal instância aglutinadora do movimento social da região do Médio Juruá é o Fórum Território do Médio Juruá (FTMJ), que promoveu duas grandes reuniões em 2024 (35ª e 36ª), com a participação de representantes dos povos Deni e Kanamari, equipe da OPAN e as diversas organizações que compõem o fórum. As pautas discutidas pelo grupo envolvem questões referentes à organização social, cadeias produtivas, monitoramento de pressões e ameaças e políticas públicas.

Junto ao FTMJ, a OPAN vem contribuindo com informações técnicas sobre o contexto da chegada da mineração e exploração de combustíveis na região, e com a realização de formações sobre direitos para promoção de consulta e consentimento livre, prévio, informado às comunidades.

Protocolo de consulta para comunidades tradicionais do Médio Juruá

Desde 2023, a OPAN oferece assessoria técnica ao Fórum Território Médio Juruá para a elaboração do protocolo de consulta de comunidades tradicionais da região de Carauari. Essas comunidades possuem uma forte organização política e econômica, mas enfrentam crescentes ameaças, como garimpo e empreendimentos planejados para a exploração de gás, evidenciadas por requerimentos em agências nacionais e por entradas de balsas garimpeiras no rio Juruá.

Para fortalecer a proteção do território, a OPAN está realizando um trabalho técnico que inclui reuniões informativas ampliadas e setoriais, apresentando o conceito de protocolo de consulta e coletando ideias e reflexões das lideranças.

Em julho de 2024, foi realizada uma formação com ampla participação local, envolvendo 100 lideranças extrativistas e ribeirinhas. O processo dá continuidade às atividades iniciadas em 2023, incluindo uma série de reuniões do fórum, assembleias e outros momentos formativos sobre o direito à consulta em formações políticas com jovens lideranças.



35ª reunião do FTMJ, em Carauari (AM). Foto FTMJ.

Para continuidade são previstas reuniões ampliadas para a elaboração e consolidação do protocolo de consulta, com a participação de todas as lideranças.

O objetivo é fortalecer os direitos das comunidades para que suas vozes sejam ouvidas em qualquer decisão que afete seus territórios e modos de vida.

SUL DO AMAZONAS

POVO APURINÃ, TERRA INDÍGENA CAITITU

// APOIO A CADEIAS PRODUTIVAS | CASTANHA-DA-AMAZÔNIA

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas*

Em 2024, cerca de 30 famílias Apurinã participaram da safra da castanha-da-Amazônia, alcançando uma produção de 264 latas (2.640 kg) e uma renda total de R\$ 16.415,00. A comercialização ocorreu por meio de um arranjo entre a Associação dos Produtores Indígenas da Terra Indígena Caititu (APITC) e a Associação dos Produtores e Beneficiadores Agroextrativistas de Beruri (Assoab), com acompanhamento técnico da OPAN nas etapas de planejamento e avaliação da safra.

Cláudio Apurinã durante coleta da castanha-da-Amazônia nas margens do rio Pussiari, TI Caititu (AM). Foto: Arquivo APITC.



// APOIO A CADEIAS PRODUTIVAS | AÇAÍ

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas*

A safra de açaí de 2024 superou as expectativas, com a coleta de 6.000 kg por 23 famílias do povo Apurinã. A parceria com a empresa 'Poraqué Açaí' possibilitou a comercialização do produto em Lábrea (AM), gerando R\$16.200,00 em renda. Em comparação com o ano anterior, houve aumento de 15 famílias participantes, o que fortaleceu o trabalho coletivo e otimizou os custos logísticos.



Açaí do povo Apurinã da TI Caititu (AM). Foto: Adriano Gambarini/OPAN.

// SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAFs) E A BRIGADA INDÍGENA DA TI CAITITU

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Equidade de gênero*



Imagem aérea de Sistemas Agroflorestais (SAFs) implementados pelo povo Apurinã da aldeia Novo Paraíso, TI Caititu (AM). Foto: Adriano Gambarini/OPAN.

O povo Apurinã começou há 10 anos a implementação de unidades de SAFs, inicialmente em quatro aldeias. Atualmente são 37 unidades em 21 aldeias da Terra Indígena Caititu, totalizando 41,6 hectares. Essas áreas estão em plena produção, contribuindo para a segurança alimentar e geração de renda das famílias.

Por conta da ocorrência de incêndios que afetaram a terra e as unidades de SAFs nos anos anteriores, os Apurinã se organizaram para a criação da Brigada Indígena da TI Caititu.



Brigada indígena voluntária do povo Apurinã da TI Caititu (AM). Foto: Arquivo Brigada.

Após articulação entre APITC e OPAN, em parceria com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por meio do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), foi realizado em 2024 o curso de formação da brigada, resultando na capacitação de 23 brigadistas. Apesar da alta incidência de incêndios no entorno do território, não houve perdas na produção graças à atuação eficaz da brigada.



Para saber mais:

<https://amazonianativa.org.br/2024/08/28/brigada-do-povo-apurina-atua-para-protetor-o-territorio-dos-incendios/>





Macaxeira de unidade de Sistema
Agroflorestal na TI Caititu (AM).
Foto: Adriano Gambarini/OPAN

POVOS APURINÃ, TENHARIM, JIAHUI, BANAWA E JAMAMADI | COMUNIDADES EXTRATIVISTAS

Com os Apurinã, Tenharim e Jiahui, no Amazonas, a OPAN desenvolve o projeto “Oficina de Defensores e Defensoras Indígenas”.

O programa consiste em quatro módulos formativos que abordam:

- Contexto histórico dos direitos indígenas: exploração, extermínio, racismo e etnocentrismo, seguidos pelas políticas de assimilacionismo e integracionismo do Estado brasileiro, culminando nas conquistas da Constituição Federal.
- Direitos climáticos e mercado de carbono: foco na questão do mercado de carbono, tema de constante assédio a essas comunidades.
- Aprofundamento em direitos: estudo da Constituição e convenções internacionais de direitos humanos, além de apresentar os poderes e instituições que podem ser acionados para a defesa de seus direitos.
- Proteção de lideranças: com a participação do Programa de Proteção a Defensores de Direitos, o módulo orienta sobre o acesso e o apoio oferecido pelo programa. Junto aos Apurinã, também houve a participação de um defensor público estadual.

A próxima etapa é a fase de incidência, em que os participantes vão aplicar a teoria na proteção contra violações práticas que foram identificadas por eles. A OPAN acompanhará esse processo, contribuindo com esses povos para defesa de seus territórios de forma autônoma. Além dessas oficinas, a OPAN, quando solicitada, presta apoio com orientação jurídica para análise de contratos e estatutos de associações indígenas, e ainda com articulações entre os povos e instituições de proteção e defesa de seus direitos.

// TIS SERUINI MARIENÊ | CATIPARI MAMORIÁ | TENHARIM IGARAPÉ PRETO | TENHARIM MARMELOS | JIAHUI | 9 DE JANEIRO | IPIXUNA

Eixos: *Gestão territorial e ambiental*

A cadeia produtiva da castanha-da-Amazônia dos povos Apurinã, Jiahui, Parintintin e Tenharim recebeu apoio da OPAN em sete terras indígenas localizadas no sul do Amazonas, desde o planejamento até a avaliação da safra.

Outra frente de atuação foi a implementação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) nas TIs Caititu, Seruini/Mariene e Catipari/Mamoriá, além do fortalecimento da Brigada Indígena Tenharim-Marmelos, com foco na proteção dos territórios diante do avanço de incêndios e do desmatamento.



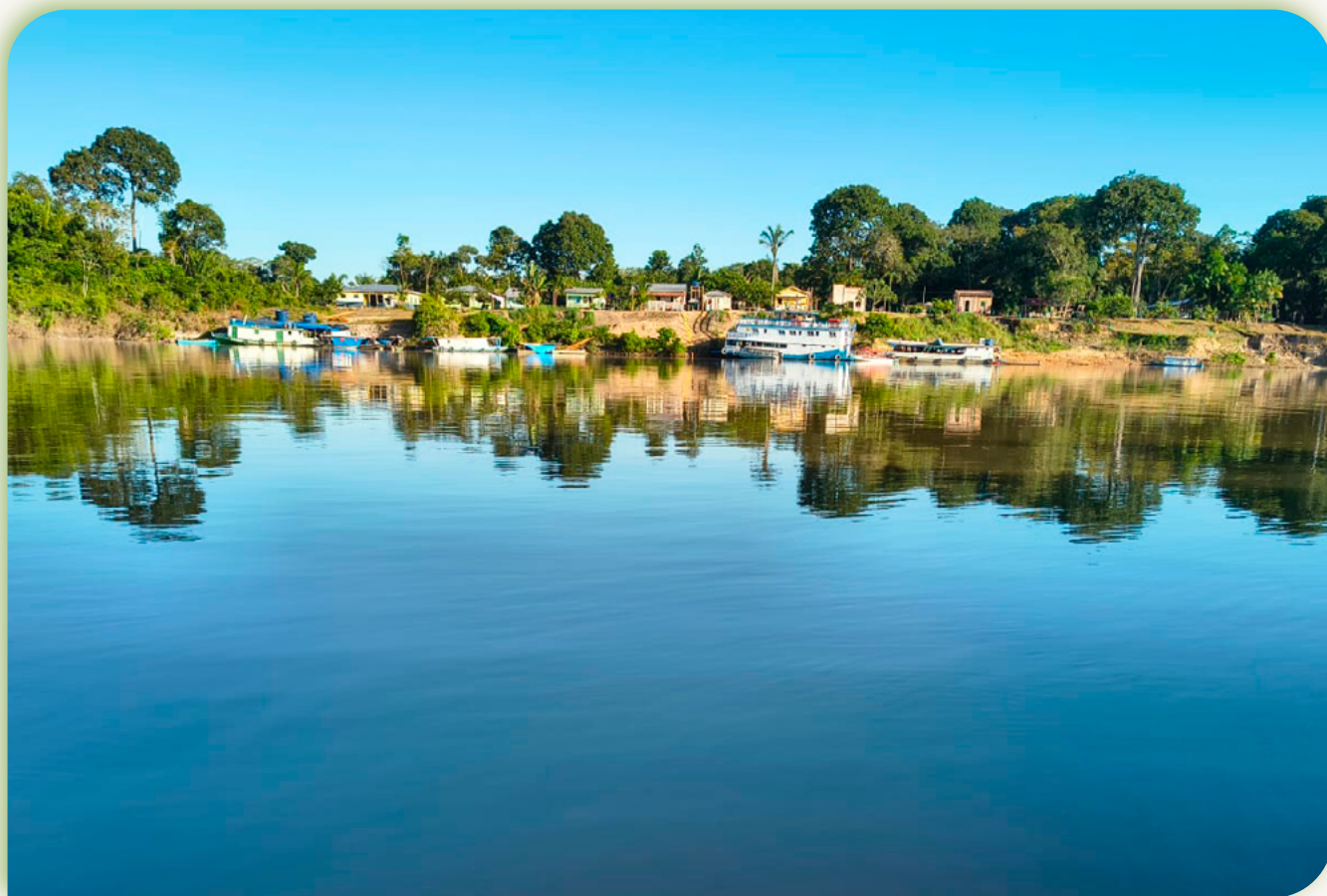
Reunião de planejamento da safra de castanha na Aldeia Kacuri II, TI Catipari/Mamoriá (AM). Foto: Valdeson Vilaça/OPAN.

// RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX) ITUXI | COMUNIDADES EXTRATIVISTAS

Eixos: *Gestão territorial e ambiental*

A partir dos relatos de experiências bem-sucedidas compartilhados pelo povo Apurinã da Terra Indígena Caititu durante os encontros do programa “Formar Castanha” — iniciativa de formação continuada promovida pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) sobre a cadeia produtiva da castanha — extrativistas da Resex Ituxi iniciaram um processo de aproximação com a OPAN buscando o desenvolvimento de ações conjuntas.

Essa relação se consolidou a partir de 2021, especialmente por meio da articulação com organizações locais, como a Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (Apadrit). Em 2024, as comunidades da Resex Ituxi passaram a contar com o apoio da OPAN no fortalecimento das cadeias da castanha e do açaí, desde o planejamento até a avaliação da safra, em parceria com o ICMBio.



Amanhecer na Reserva Extrativista Ituxi (AM). Foto: Magno dos Santos/OPAN.

Um marco importante foi a criação dos coletivos de castanheiros e açaizeiros, que impulsionaram a organização social, a gestão territorial e a redução de custos logísticos, além de viabilizar melhores condições de comercialização. As vias fluviais e estruturas de beneficiamento da castanha também receberam apoio para manutenção, incluindo a limpeza dos furos (pequenos canais entre rios) e melhorias nas instalações físicas.

// ARRANJOS COMERCIAIS: CASTANHA E AÇAÍ

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas*

Os arranjos comerciais, coordenados pela APITC, envolvem a produção dos povos Apurinã e Banawa, bem como dos coletivos da Resex Ituxi. A comercialização da castanha foi realizada com o apoio da Assoab e a do açaí, em parceria com a empresa 'Poraquê Açaí'.

As duas cadeias produtivas apresentaram crescimento significativo em 2024, com aumento no número de famílias envolvidas, na produção e na renda gerada.

RESULTADOS DA PARCERIA APITC E ASSOAB - CASTANHA

Ano	Famílias envolvidas	Produção (latas)	Renda gerada
2023	31	752	R\$ 28.620,00
2024	35	847	R\$ 51.221,50

RESULTADOS DA PARCERIA APITC E PORAQUÊ AÇAÍ

Ano	Famílias envolvidas	Produção (latas)	Renda gerada
2023	15	8.174	R\$ 18.136,00
2024	20	9.160,98	R\$ 24.643,04

// MÉDIO PURUS - COMUNIDADES RIBEIRINHAS ASSOCIADAS A ATAMP

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Equidade de gênero | Incidência política e comunicação*

Através de acompanhamento técnico e suporte na operacionalização da pesca de pirarucu manejada, a OPAN apoiou 138 famílias de comunidades ribeirinhas associadas à Associação dos Produtores Agroextrativistas do Médio Purus (Atamp), na região do Médio rio Purus. A pesca de 2024 enfrentou desafios relacionados à estiagem dos rios, o que fez as comunidades buscarem alternativas desafiadoras, mas bem sucedidas, referentes a logística e comercialização. Os resultados dos esforços garantiram uma renda média familiar de R\$ 5.466,88.

// CASTANHA-DA-AMAZÔNIA E VIGILÂNCIA TERRITORIAL

Eixo: *Gestão territorial e ambiental*

A cadeia produtiva da castanha do povo Banawa também contou com apoio da OPAN. Em 2024, 31 famílias participaram da safra, com produção de 336 latas e renda total de R\$ 22.512,00.

Além disso, em parceria com a Frente de Proteção Etnoambiental Madeira-Purus (FPE/Funai), foram realizadas ações de vigilância integrada no rio Curiá, território compartilhado pelos povos Banawa e Jamamadi. A região, que também abriga a Terra Indígena Hi-Merimã, onde vivem povos isolados, sofre com a pressão de atividades ilegais, como a captura de quelônios e coleta de ovos dessas espécies.

POVO PAUMARI DO RIO TAPAUÁ

// EXPERIÊNCIA PILOTO DO MANEJO DE MATRINXÃ

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Equidade de gênero | Incidência política e comunicação*



Etapa piloto do manejo de matrinxã realizado pelo povo Paumari do Tapauá (AM). Foto: Tainara Proença/OPAN.

A partir do diagnóstico “Manejo das águas: plano de manejo pesqueiro do povo Paumari”, elaborado pelo consultor João Vitor Campos-Silva e pela equipe de indigenistas da OPAN entre 2022 e 2023, o povo Paumari iniciou, em 2024, a etapa piloto do manejo de matrinxã, realizada na TI Paumari do Cuniuá. A iniciativa resultou na captura de 865 peixes (aproximadamente 1 tonelada), comercializados em Lábrea, gerando uma renda de R\$ 42.460,00.



Para saber mais:

<https://amazonianativa.org.br/2024/04/28/povo-paumari-realiza-etapa-piloto-do-manejo-de-matrinxa/>

// PESCA MANEJADA DE PIRARUCU EM CONTEXTO CLIMÁTICO ADVERSO

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Equidade de gênero | Clima | Incidência política e comunicação*

Entre os meses de novembro e dezembro, durante 10 dias, aproximadamente 140 famílias Paumari estiveram envolvidas nas atividades da pesca manejada de pirarucu, com a captura de 243 peixes (aproximadamente 14.393 kg).

Nos últimos anos, devido ao baixo nível dos rios, a pesca manejada de pirarucu vem passando por modificações, dada a dificuldade logística decorrente de extremos climáticos, afetando tanto a pesca quanto a comercialização. Em 2024, como os rios ficaram muito rasos e tornaram difícil a navegação até Manacapuru, onde o pescado Paumari era comumente escoado, a produção dos Paumari foi comercializada via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Emergencial, num processo complexo e desafiador assessorado pela OPAN, gerando uma renda de R\$ 319.824,00 para o conjunto das famílias. O pescado foi destinado à aproximadamente 20 comunidades ribeirinhas dos municípios de Canutama e Tapauá do entorno das TIs Paumari.

Além disso, houve a primeira experiência com a venda do couro do pirarucu realizada diretamente pelo povo Paumari, que se dispôs a novos desafios para a aplicação correta da técnica de retirada do couro da carne. Foram 76 couros comercializados, gerando uma renda de R\$ 10.300,28.

Jovens do povo Paumari (AM) em pesca manejada de pirarucu.
Foto: Adriano Gambarini/OPAN.



12ª PRÊMIO FUNDAÇÃO BB DE TECNOLOGIA SOCIAL

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Equidade de gênero | Incidência política e comunicação*

O manejo sustentável do pirarucu do povo Paumari, iniciado em 2008 com o resguardo de lagos para recuperação da espécie, é um grande exemplo de sucesso e uma atividade transformadora da vida desse povo em sua união, geração de renda, fortalecimento cultural, conservação da biodiversidade e qualidade de vida.

Em 2024, o manejo dos Paumari foi uma das 20 iniciativas premiadas entre 1.112 inscritos na 12ª edição do Prêmio Fundação BB de Tecnologia Social. Com os recursos recebidos na premiação, o povo poderá apoiar a expansão da experiência para outras comunidades e será possível contribuir também para o fortalecimento da participação feminina por meio de intercâmbios entre mulheres indígenas e ribeirinhas.

“Este prêmio é o reconhecimento do trabalho realizado pelo povo Paumari nos últimos 15 anos. Depois de muito esforço e desafios, desenvolveram um sistema eficiente e de referência”, conta Felipe Rossoni, indigenista da OPAN. Falando em *pamoari athini* (idioma do povo Paumari), Barara Abimael, manejador e um dos coordenadores do manejo do povo Paumari, destacou que o manejo é muito mais do que uma atividade comercial e traz benefícios para o meio ambiente e a organização social do povo.



Vencedores da 12ª edição do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. Foto: Fernanda Alvarenga.



Abimael Paumari foi o representante do povo na premiação. Foto: Felipe Rossoni/OPAN.

“Pelo manejo nos unimos, cuidamos do nosso território, não deixamos mais barcos de pesca entrar e protegemos o pirarucu. Estamos unidos, com a nossa associação, com homens e mulheres trabalhando juntos e igual”, disse ele.



Para saber mais:

<https://amazonianativa.org.br/2024/07/08/manejo-pesqueiro-do-povo-paumari-ganha-premio-nacional/>

// INTERCÂMBIO SOBRE O MANEJO DO PIRARUCU NO VALE DO JAVARI

Eixos: Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Equidade de gênero | Incidência política e comunicação



Indígenas Kanamari, Mayuruna e Paumari durante intercâmbio no Vale do Javari (AM). Foto: Thiago Arruda/CTI

Desde 2020, os povos Kanamari e Mayuruna, da Terra Indígena Vale do Javari, no extremo oeste do Amazonas, buscam o apoio dos Paumari para fortalecer suas próprias práticas de manejo. Para atender essa necessidade, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) iniciou um diálogo com a OPAN e a Associação Indígena do Povo das Águas (AIPA), com o objetivo de organizar um intercâmbio de saberes entre os povos.

A visita, prevista inicialmente para 2022, foi adiada em razão dos trágicos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips. As articulações foram retomadas e o encontro finalmente aconteceu em 2024, entre os meses de junho e julho. O intercâmbio durou 14 dias, quando representantes do povo Paumari percorreram quatro aldeias e se reuniram a cerca de 80 indígenas dos povos Mayuruna e Kanamari.



Para saber mais:

<https://amazonianativa.org.br/2024/10/09/povos-indigenas-se-unem-para-fortalecer-o-manejo-do-pirarucu-no-vale-do-javari/>

// INCIDÊNCIA POR EDUCAÇÃO ESCOLAR COM A IDENTIDADE PAUMARI

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Equidade de gênero | Incidência política e comunicação*

Em 2024, o povo Paumari iniciou o processo de construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) promovendo encontros e oficinas para debater a educação escolar do povo, com base em sua identidade cultural. O processo contou também com a contribuição de voluntárias, como a pedagoga Rita de Cássia Bonotto e Larissa Lacerda Menendez, professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Ao longo do ano, houve reuniões com a Secretaria Municipal de Educação de Tapauá, quando os Paumari apresentaram o projeto em construção e convidaram o órgão para participar do processo. Também se reuniram com a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas (Seduc-AM) e entraram com um processo interno solicitando a oferta do ensino médio via mediação tecnológica. A Associação Indígena do Povo das Águas (AIPA) entrou com um processo também no Ministério Público do Estado do Amazonas (MPE-AM) e no Ministério Público Federal (MPF), reforçando o pedido.



Crianças Paumari (AM) participam de atividades em escola flutuante durante a pesca manejada de pirarucu.
Foto: Tainara Proença/OPAN.

Outra pauta de incidência foi uma articulação com o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), do campus de Lábrea, para viabilizar a oferta do curso de magistério para formação de professores Paumari. O processo, que envolveu muitas reuniões, resultou na criação de uma comissão para organização da proposta do curso. Toda a incidência no nível municipal e estadual foi apoiada pela OPAN.

Em articulação com a Secretaria Municipal de Educação de Tapauá, o povo Paumari viabilizou, pela

primeira vez, a continuidade das atividades escolares durante o período de pesca manejada do pirarucu. Tradicionalmente, entre 10 e 20 dias por ano, as famílias se deslocam para barcos e acampamentos nas margens dos lagos, comprometendo a realização das aulas nas estruturas escolares convencionais. Para superar esse desafio, em 2024, um flutuante de vigilância foi adaptado para funcionar como sala de aula nas proximidades das áreas de pesca, e a OPAN providenciou um barco para acomodar os nove professores e seus familiares ao longo do período letivo itinerante.

O planejamento pedagógico também contou com a participação dos Paumari, incorporando elementos e saberes relacionados ao manejo. Para os jovens e adultos que atuam diretamente na atividade pesqueira e não puderam frequentar as aulas, foram elaboradas lições personalizadas, alinhadas às funções desempenhadas por cada um.

// ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES INDÍGENAS

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Equidade de gênero | Incidência política e comunicação*



Mulheres Paumari durante intercâmbio na sede da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN), em Manaus (AM). Foto: Aline Fidelix/OPAN.

As mulheres Paumari vêm fortalecendo sua participação política e social. Em 2024, estiveram mais presentes em fóruns como o Coletivo do Pirarucu e fortaleceram atividades de artesanato com cestarias, alcançando experiências bem sucedidas de comercialização em lojas especializadas na cidade de Manaus.

Ainda em 2024, uma comitiva de mulheres Paumari participou em Manaus do intercâmbio *Gamu kabadani Hida* – Esse é o trabalho das mulheres Paumari, realizado pela AIPA com o apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), que promoveu o intercâmbio com outras iniciativas de mulheres indígenas e não indígenas que atuam com artesanato na capital amazonense.

Para saber mais:



<https://amazonianativa.org.br/2024/07/02/encontro-de-mulheres-manejadoras-de-pirarucu-do-amazonas-discute-a-igualdade-de-genero-na-atividade/>

REDES E COLETIVOS

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Equidade de gênero | Incidência política e comunicação*

No Amazonas, a OPAN tem participação em importantes espaços de articulação da sociedade civil, como o Observatório da Castanha (OCA), a iniciativa Conexão Povos da Floresta, a rede Aliança de Águas Amazônicas, o Observatório da BR-319 e o Fórum Território Médio Juruá. Além disso, a instituição vem participando ativamente do Coletivo do Pirarucu, uma rede ampla que conquista progressivamente a valorização do manejo sustentável do pirarucu.

// COLETIVO DO PIRARUCU

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Equidade de gênero | Incidência política e comunicação*

Desde sua criação, o Coletivo do Pirarucu conta com o apoio contínuo da OPAN no desenvolvimento de ações de incidência política, comunicação, articulação institucional e fortalecimento da cadeia de valor do pirarucu manejado. Esse apoio se materializa em formações, reuniões, produção de conteúdos técnicos e estratégicos, e fortalecimento de estratégias de comercialização.

Formações, participação em fóruns e divulgação

Ao longo de 2024, foram promovidas diversas atividades de formação, intercâmbio de experiências e participação em eventos de relevância regional, nacional e internacional.

Foram realizadas duas reuniões gerais do Coletivo (em junho e dezembro), que contribuíram para o alinhamento estratégico entre parceiros, o compartilhamento de experiências e o fortalecimento do diálogo institucional.

Entre os principais destaques do ano, estão:

- Seminário de Vigilância Comunitária e Fiscalização nas Áreas de Manejo do Pirarucu no Amazonas,
- Curso de fortalecimento de capacidades locais para vigilância comunitária do pirarucu selvagem e
- Evento comemorativo pelos 25 anos do manejo do pirarucu no Amazonas, reunindo comunidades, técnicos e parceiros para celebrar duas décadas e meia de conquistas.



Encerramento da 12ª Reunião do Coletivo do Pirarucu, em Manaus (AM). Foto: Talita Oliveira/OPAN

No cenário internacional, o Coletivo esteve presente em dois importantes espaços:

- Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre Diversidade Biológica e
- Reunião Anual de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Nesses encontros, o manejo do pirarucu é reconhecido como uma solução baseada na natureza e um modelo bem-sucedido de conservação com geração de renda, liderado por povos indígenas e comunidades tradicionais.

Equidade de gênero e intersecções

Em 2024, o Coletivo avançou na construção de estratégias de equidade com a consolidação do Grupo de Trabalho Gênero, Juventudes e Intersecções.

Como resultado, foi realizado o Encontro das Mulheres Manejadoras de Pirarucu do Amazonas, um espaço dedicado à troca de experiências e à elaboração de propostas para garantir a participação ativa das mulheres em todas as etapas do manejo e comercialização do pirarucu.



Mulheres manejadoras realizam primeiro encontro em Manaus (AM). Foto: Talita Oliveira/OPAN.

Incidência em políticas públicas

A atuação política do Coletivo também foi intensa ao longo do ano. Diante dos impactos provocados pela seca extrema, foi elaborada e amplamente divulgada uma carta pública denunciando os efeitos da estiagem e solicitando medidas emergenciais, como a prorrogação do período de pesca para as comunidades manejadoras.

O Coletivo participou ativamente da revisão da minuta da Instrução Normativa nº 17, que trata da certificação orgânica do pirarucu de manejo sustentável, contribuindo com subsídios técnicos e interlocução com órgãos responsáveis para assegurar critérios adequados à realidade comunitária.

Nesse contexto, foi publicado o artigo científico “A certificação orgânica como estratégia de fortalecimento da cadeia do pirarucu de manejo sustentável”, reforçando a relevância desse instrumento para a valorização territorial e conservação ambiental.

Outra frente de incidência foi o acompanhamento da Reforma Tributária da Sociobiodiversidade, com mobilizações coordenadas junto ao Observatório das Economias da Sociobiodiversidade, para garantir que produtos como o pirarucu manejado recebam o devido reconhecimento legal e fiscal.

Um dos principais marcos do ano foi a publicação da Portaria nº 176, de 19 de dezembro de 2024, do Ibama, que estabelece as diretrizes do Programa Arapaima, voltado ao reconhecimento e fortalecimento das práticas comunitárias de proteção dos ambientes aquáticos e do manejo do pirarucu.

A criação do programa é celebrada como um marco histórico para o sistema de manejo do pirarucu. Cristina Buck, analista ambiental do Ibama e uma das pessoas que estiveram à frente da estruturação do programa,

destacou a importância da conquista: “A publicação do programa é uma vitória coletiva. A força do grupo, somada à conjuntura atual, foi fundamental para avançarmos. Somos muito gratos ao apoio do Coletivo e de todos os manejadores e manejadoras”.

Comercialização do pirarucu

Em 2024, a marca Gosto da Amazônia, que comercializa pirarucu oriundo do manejo de comunidades indígenas e ribeirinhas do Amazonas, alcançou um marco inédito ao conquistar a certificação *Fair Trade USA* — sendo a primeira do Brasil concedida a um produto pesqueiro no âmbito desse selo.

A certificação foi obtida pela Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc), com coordenação do Instituto Juruá, por meio do projeto *The Fish of Change*, implementado em colaboração com diversas organizações do Coletivo, incluindo a OPAN.

Com validade de três anos e meio, o selo *Fair Trade USA* abre portas para a comercialização nacional e internacional do produto, agregando valor ao pirarucu manejado e fortalecendo a economia de comunidades extrativistas do Médio Juruá, do povo Deni do rio Xerua e do povo Paumari do rio Tapauá, na região do Médio Purus.

Uma das exigências do selo foi a criação de uma Comissão de Comércio Justo, com representantes eleitos das comunidades beneficiadas. Atualmente, integram a comissão dois representantes do povo Deni e dois do povo Paumari, além de representantes das comunidades do Médio Juruá.



Representantes da AIPA, Asproc, Fundo Médio Juruá, Instituto Juruá e OPAN.
Foto: Antonio Miranda/OPAN.



Para saber mais:

<https://coletivodopirarucu.org.br/noticias/>

A close-up photograph of a hand holding a piece of Matog, a traditional woven basket. The hand is positioned in the upper right, with fingers gripping the edge of the basket. The basket is made of dark, textured material, possibly wood or bark, and is decorated with a pattern of small, light-colored, rounded objects (possibly seeds or beads) arranged in a row. The background consists of a series of parallel diagonal stripes in shades of orange and white. The lighting is warm and directional, coming from the upper right, creating strong highlights and shadows that emphasize the textures of the hand, the basket, and the background stripes.

MATOG



GROSSO

SITUAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS EM MATO GROSSO

// RELATÓRIO REVELA USO DO CAR COMO INSTRUMENTO DE GRILAGEM

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Incidência política e comunicação*



Um relatório técnico da OPAN elaborado em parceria com o Instituto Centro de Vida (ICV) revelou que em Mato Grosso mais de 1 milhão de hectares inscritos como propriedades ou posses rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR) incidem em terras indígenas.

O estudo analisou os CARs no Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural (Simcar), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT), que estão sobrepostos a estes territórios. Ao permitir que particulares registrem essas áreas, que são constitucionalmente destinadas aos povos indígenas para sua reprodução cultural, espiritual e física, a Secretaria favorece a prática de grilagem e contraria o direito dessas populações.

Para dar publicidade ao relatório sobre o CAR em Mato Grosso, foi realizada uma live, em setembro, com a participação de representantes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoint), da OPAN, do ICV e do Observatório Socioambiental de Mato Grosso (Observa-MT).

Lideranças indígenas apontaram a gravidade da situação, que gera inúmeros problemas sociais e prejudica a reprodução cultural e física das comunidades.

“É uma tristeza o território estar acabando e não ter respeito. Está tendo desmatamento sem limite. O governo libera para o desmatamento e a grilagem, sabendo que o território tem dono”, afirmou Dineva Maria Kayabi, liderança do povo Kawaiwete, sobre a TI Batelão, que está localizada entre os municípios de Juara, Nova Canaã do Norte e Tabaporã e tem 85% de sua área sobreposta por Cadastros Ambientais Rurais.

O relatório técnico também teve como objetivo contribuir com evidências que demonstram os efeitos danosos sobre a interpretação da SEMA no que tange à limitação do conceito de terras indígenas, e com informações e evidências que reforçam os argumentos do MPF em Ação Civil Pública (ACP) nº 1007244-56.2023.4.01.3600 em desfavor do estado de Mato Grosso. Na ACP, o MPF busca proibir a emissão de CARs em terras indígenas delimitadas, declaradas, demarcadas fisicamente e interditadas.

// QUALIFICAÇÃO DE REGISTROS DE PRESENÇA DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS EM MATO GROSSO

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Incidência política e comunicação*

A qualificação dos registros de povos indígenas isolados em Mato Grosso tem sido uma ação importante para a OPAN. Uma consultoria, realizada pela indigenista Inês Hargreaves, revelou, através de minuciosos levantamentos bibliográficos e documentais, informações históricas, antropológicas e linguísticas sobre a ocupação tradicional de povos (ou grupos indígenas) da família linguística Kawahiva, que foram disponibilizadas ao Grupo de Trabalho (GT) responsável pelo Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da Terra Indígena Piripikura. O trabalho também documentou outros grupos da região, resultando em um valioso acervo.

Apesar dos avanços, há desafios a serem enfrentados. É preciso que vestígios de isolados encontrados por povos indígenas em seus territórios sejam levados ao conhecimento da Coordenação-Geral de Indígenas Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), da Funai, um passo fundamental para qualificar as informações sobre os registros de povos isolados existentes em sua base de dados e posterior verificação *in loco*.

// GEOMONITORAMENTO

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Incidência política e comunicação*

O monitoramento de atividades que possam ameaçar os direitos dos povos indígenas, como hidrelétricas e projetos de mineração, vem sendo realizado de forma sistemática pela OPAN.

Os dados e informações sobre as ameaças identificadas são compartilhados com indígenas e comunidades tradicionais, com o propósito de ampliar a compreensão sobre tais pressões em seus territórios, contribuindo para defesa de seus direitos. Busca-se, assim, promover a discussão e o diálogo com as comunidades, incentivando a participação de todos na construção de estratégias de resistência e luta.

Além disso, os dados e informações levantadas a partir dessa iniciativa servem como uma importante ferramenta para coletivos e comunidades que atuam na defesa de territórios e bacias hidrográficas no Amazonas e em Mato Grosso, em incidências junto a órgãos como Secretarias de Estado de Meio Ambiente, Ministério Público Federal, Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Mineração, Agência Nacional de Energia Elétrica, etc.

REDES E COLETIVOS

FORMAD

// ENFRENTAMENTO A RETROCESSOS SOCIOAMBIENTAIS E FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO EM REDE

Eixos: *Incidência política e comunicação*

Em mais um ano de retrocessos socioambientais em Mato Grosso, com destaques para os impactos da crise climática e o avanço do agronegócio no estado, o papel da sociedade civil na defesa de direitos humanos e territórios provou-se urgente em 2024. O Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso (Formad), rede composta por 34 organizações*, reforçou o seu papel como protagonista e mobilizador no enfrentamento a pautas de impacto para comunidades tradicionais, povos indígenas e o uso da terra.

Entre os eixos de atuação da rede, o acompanhamento de temas como o da Lei nº 12.434/24, o Cota Zero, que proíbe o armazenamento, o comércio e o transporte de 12 espécies de peixes por cinco anos; o “PL do Veneno” (PL 1.833/23), que trata da flexibilização do uso de agrotóxicos no estado; e campanhas relacionadas à defesa e proteção de unidades de conservação como o Parque Estadual Cristalino II, no norte do estado, o Parque Estadual da Serra de Ricardo Franco, na região do Guaporé, e o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, na região da Baixada Cuiabana. Esses parques vêm sofrendo sucessivas ameaças e tentativas de extinção/redução, oferecendo grandes riscos socioambientais.

Por meio da Secretaria Executiva, o Formad baseia a sua atuação nos pilares da articulação, comunicação e jurídico, tendo contribuído com o fortalecimento do controle social de organizações da sociedade civil em Mato Grosso, combate à desinformação e produção de contranarrativas institucionais e incidência jurídica em instâncias nacionais como o Supremo Tribunal Federal (STF).

Para o ano de 2025, o compromisso do Formad pactuado com a sua rede de filiadas é uma atuação mais propositiva, com foco na incidência, formação e articulação política nas agendas socioambientais do estado. Além do prosseguimento de ações já em andamento, o Fórum pretende integrar novas frentes de atuação, como o trabalho junto aos povos e comunidades tradicionais, visando importantes discussões da agenda climática, a exemplo da COP-30, a ser realizada no Brasil.

* A OPAN compõe a coordenação da rede Formad.



BACIA DO RIO JURUENA

TERRA INDÍGENA APIAKÁ DO PONTAL E ISOLADOS

// PROCESSO DEMARCATÓRIO AVANÇA COM A DECLARAÇÃO DA TERRA

Eixos: Gestão territorial e ambiental | Incidência política e comunicação



Raimundo Paigo, do povo Apiaká, durante a assinatura da portaria declaratória da TI Apiaká do Pontal e Isolados pelo ministro Ricardo Lewandowski, em Brasília (DF). Foto: Ricardo Carvalho/OPAN.

Os povos Apiaká e Munduruku da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados conquistaram em 2024, com mais de 25 anos de luta, a Portaria Declaratória de sua terra pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Agora o processo retorna à Funai para que seja realizada a demarcação física da área, uma extensão de 982 mil hectares, grande parte como sobreposição ao Parque Nacional Juruena.

No contexto atual, considerando todas as ameaças impostas pelo poder legislativo aos direitos territoriais dos povos originários, foi muito importante e decisiva a incidência realizada pelo povo Apiaká nos anos de 2023 e 2024, com apoio da OPAN, a fim de demonstrar aos representantes do MJSP a importância do avanço do processo de regularização fundiária. Além do mais, este é um território onde está localizado registro de povo isolado, sem conflitos que pudessem impedir o avanço da demarcação.

Feita a demarcação física, o processo é encaminhado novamente ao Ministério da Justiça para conferência. Depois à Presidência da República para homologação e posterior registro na Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e nos cartórios de registros de imóveis, por ser uma terra pública de usufruto exclusivo dos povos indígenas.

Para saber mais:



<https://amazonianativa.org.br/2024/09/05/vitoria-historica-terra-indigena-apiaka-do-pontal-e-isolados-e-reconhecida-pelo-estado-brasileiro/>

// GESTÃO COMPARTILHADA COM O PARQUE NACIONAL DO JURUENA

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Incidência política e comunicação*



Povo Apiaká faz monitoramento do território pelo rio Juruena (MT). Foto: Adriano Gambarini/OPAN.

Margeada pelos rios Juruena e Teles Pires, a TI Apiaká do Pontal e Isolados é sobreposta em mais de 90% pelo Parque Nacional do Juruena (ParnaJu), gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Além dos Apiaká e Munduruku, povos indígenas isolados vivem no território.

A gestão compartilhada das áreas é discutida no Conselho Gestor do Parque Nacional do Juruena (Conparnaju), do qual a OPAN faz parte. Considerando as diretrizes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a OPAN apoia a participação de representantes do povo Apiaká

no conselho gestor da unidade de conservação. Em 2024, a terceira organização Apiaká foi nomeada para o conselho. Com isso, as três principais aldeias Apiaká da região hoje compõem o Conparaju e participam ativamente das discussões sobre a gestão compartilhada.

Além do conselho gestor, há também uma câmara técnica de sobreposição cujo objetivo principal é discutir e buscar soluções para os conflitos decorrentes da sobreposição entre terras indígenas e unidades de conservação. Nesse espaço, juntamente com o ICMBio, Ibama e Funai, a OPAN tem contribuído com os indígenas para construção dos planos de visitação turística das aldeias Matrinxã, Pontal e Kanindé, bem como no processo de negociações visando cumprir todos os requisitos para conseguir a anuência da Funai e do ICMBio na execução das atividades de turismo de base comunitária na área sobreposta.

Acesse Relatórios Técnicos sobre a gestão compartilhada:

<https://amazonianativa.org.br/pub/subsidios-para-a-revisao-do-plano-de-manejo-do-parna-juruena-na-area-de-sobreposicao-a-ti-apiaka-do-pontal-e-isolados/>



<https://amazonianativa.org.br/pub/a-situacao-de-sobreposicao-entre-a-terra-indigena-apiaka-do-pontal-e-isolados-e-o-parque-nacional-do-juruena/>

Vídeo sobre a gestão compartilhada:

https://www.instagram.com/p/Dlu3QO2g3g_/

// AS CADEIAS DE VALOR DA SOCIOBIODIVERSIDADE E ELABORAÇÃO DO PGTA DA TI APIAKÁ DO PONTAL E ISOLADOS

Eixo: Gestão territorial e ambiental



Oficina de elaboração do plano de gestão da TI Apiaká do Pontal e Isolados (MT). Foto: Rodrigo Tawada/OPAN.



Coleta de castanha é uma das principais atividades econômicas do povo Apiaká (MT). Foto: Ahmad Jarrah/OPAN.

São destaques entre as atividades econômicas da TI Apiaká do Pontal e Isolados o manejo da castanha-da-Amazônia e o turismo de base comunitária a partir da pesca esportiva, que vêm contribuindo para garantir o bem-viver da população. As atividades são organizadas levando em consideração seus ciclos naturais. Como o período da castanha é de dezembro a fevereiro, se dedicam ao extrativismo durante esses meses. E de março a novembro trabalham com o turismo de pesca esportiva. Além de ajustar os ciclos das duas atividades, também tiveram que conciliá-las ao próprio calendário local.

“A gente também não podia abrir mão da nossa roça, da nossa cultura e costumes, tudo está envolvido. Então, quando chega a época da roça, a gente reveza. Quem já está no turismo há mais tempo, vem pra fazer a roça. E quem estava na aldeia, e que já fez sua roça, vai pra lá trabalhar no lugar de quem veio”, explica Eduardo Morimã, uma das lideranças do povo Apiaká.

Essas atividades têm sido refletidas pelos Apiaká e Munduruku na elaboração de seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), que deverá contemplar também um plano de adaptação às mudanças climáticas, questão definida especialmente a partir da redução da disponibilidade de castanha em 2024, devido aos incêndios e oscilações no clima.

Outra ação importante iniciada em 2024 foi a revisão dos planos de visitação para o turismo de base comunitária. Os planos foram elaborados pelos Apiaká em reuniões com os demais colaboradores da atividade, a partir da avaliação técnica dos órgãos públicos envolvidos.

A experiência acumulada pelo povo com o projeto da “chumbada ecológica” também contribuiu na elaboração e revisão dos planos. Através deste projeto, os Apiaká puderam começar a implementar o turismo a partir da pesca esportiva para testar um peso de pesca (popularmente conhecido como chumbada) à base de argila, que se decompõe rápido e é absorvido naturalmente pelo leito do rio, substituindo o tradicional feito de chumbo, que, por ser um metal pesado, causa danos ao meio ambiente devido à sua toxicidade e persistência.

Por meio do apoio ao turismo de base comunitária, a OPAN também tem contribuído diretamente com o fortalecimento das duas associações da TI Apiaká do Pontal e Isolados, no caso a Associação Uruwy Apiaká e a Associação Comunitária Indígena Tap’ô Aldeia Matrinxã. A parceria inclui a facilitação e desburocratização em atividades do dia a dia estratégicas para o povo, como na elaboração de documentos, no agendamento e deslocamento para a participação de reuniões com a Funai e ICMBio em Brasília, nas revisões dos planos de visitação, na participação em eventos e no fortalecendo da gestão integrada para qualificar o monitoramento territorial.

Para saber mais:

<https://amazonianativa.org.br/2024/12/13/economias-sustentaveis-fortaleceram-povo-apiaka-durante-retomada-do-territorio/>



<https://amazonianativa.org.br/2025/04/22/povo-apiaka-avanca-na-construcao-do-plano-de-gestao-territorial-e-ambiental/>

Vídeo sobre a implementação do turismo de pesca:

<https://www.instagram.com/p/DD5dvtAPLSo/>

Vídeos sobre a elaboração do PGTA da TI Apiaká do Pontal e Isolados:

<https://www.instagram.com/p/DIkhLINGyGO/>

<https://www.instagram.com/reel/DH8pSOjAtAL/>

POVO RIKBAKTSÁ

// DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO SOBRE O POTENCIAL TURÍSTICO

Eixo: Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas



Encerramento do diagnóstico participativo para avaliar potencial turístico dos territórios Rikbaktsa (MT). Foto: Luciana Rebellato/OPAN.

Cerca de 120 indígenas Rikbaktsa envolveram-se em uma programação em 2024 para avaliar o potencial turístico das três terras indígenas (Erikpatsa, Japuira e Escondido) e dar início à construção de um diagnóstico participativo. Facilitada por Camila Barra, consultora para negócios comunitários e gestão territorial, a atividade contou com uma oficina sobre turismo de base comunitária, além do etnomapeamento de atrativos e do inventário de dinâmicas culturais.

“Montamos nossas associações, fizemos nosso PGTA e agora estamos estruturando o turismo. Nós temos que ter esse pensamento coletivo, do nosso povo, com todo mundo beneficiado por esse trabalho conjunto”, avalia Leonardo Rikbaktsa, cacique da aldeia Cerejeira, da TI Japuira, e vice-presidente da Associação Indígena Rikbaktsa Tsirik.

O encontro foi importante para que todos pudessem refletir em conjunto sobre as diferenças entre o turismo convencional/empresarial do turismo de base comunitária, principalmente no que diz respeito aos processos de decisões, aos custos envolvidos, à gestão do recurso e aos cuidados com a sociobiodiversidade. Com o diagnóstico, será avaliada a viabilidade e o potencial de cada modalidade de turismo (ecoturismo, etnoturismo, turismo de aventura, de pesca esportiva, cultural, arqueológico, gastronômico e outros) de acordo com a realidade de cada território indígena do povo Rikbaktsa.

Após o diagnóstico, os próximos passos são formações específicas para a implementação do turismo de base comunitária, como capacitações para condução e segurança de turistas, observação de aves, formatação de roteiros de imersão cultural e preparação de pratos da culinária tradicional.



Para saber mais:

<https://amazonianativa.org.br/2024/11/19/povo-rikbaktsa-aposta-no-turismo-como-estrategia-de-gestao-territorial/>

// COMUNICAÇÃO POPULAR INDÍGENA: FERRAMENTA DE AUTONOMIA E PROTAGONISMO

Eixo: Incidência política e comunicação

O fortalecimento da comunicação popular entre povos indígenas tem se consolidado como uma importante bandeira de atuação da OPAN. Levando em conta o histórico de parceria junto ao coletivo de comunicadores Olhos d'água, da Rede Juruena Vivo, a OPAN tem apoiado, em parceria com a rede e outras organizações, a formação de coletivos de comunicação em territórios indígenas.

Em 2024, foram realizadas oficinas com jovens do povo Rikbaktsa. As atividades focaram no uso responsável e assertivo das redes sociais, abordando desde aspectos técnicos da produção audiovisual até reflexões sobre local de fala, construção de discursos e disputas narrativas.

O objetivo é que os participantes se apropriem tanto de aspectos teóricos quanto práticos da comunicação. Afinal, além de produzir conteúdos próprios com qualidade técnica, é importante que reflitam sobre os processos de elaboração e distribuição a partir de uma perspectiva ética e política.

Nesse sentido, o conteúdo das formações incluiu reflexões sobre o papel da comunicação na defesa dos territórios e direitos indígenas, conceitos de narrativa e contranarrativa, além de estratégias para combater a desinformação e garantir segurança digital.



Os três territórios Rikbaktsa (MT) realizaram oficinas de comunicação. Foto: Ahmad Jarrah/OPAN.

Os participantes criaram conteúdos em diferentes formatos, como cards e stories, mas a formação focou principalmente na produção de vídeos. Durante a prática, eles assumiram todas as etapas de realização (pesquisa, roteiro, captação de imagens e áudio, legendagem e edição) e os materiais produzidos foram publicados em suas redes sociais.

A produção e publicação desses conteúdos e o estímulo para a criação de novos coletivos de comunicação são os resultados imediatos, pois a médio e longo prazos a proposta é seguir apoiando a comunicação popular indígena para estruturar cada vez mais as redes de comunicação dentro das comunidades, reforçando assim o protagonismo e o potencial de jovens na divulgação da cultura e da luta de seus respectivos povos.

Além dos representantes de cada território, as oficinas contaram com a participação de comunicadores da Rede Juruena Vivo, dentre eles jovens dos povos Manoki e Enawene Nawe. Elas foram conduzidas pelas comunicadoras Paula Amaral e Tainá Barral, da associação cultural Na Cuia (PA).



Para saber mais:

<https://amazonianativa.org.br/2024/08/27/territorios-rikbaktsa-recebem-oficinas-de-comunicacao-popular/>

TERRA INDÍGENA APIAKÁ-KAYABI E POVO ENAWENE NAWÉ

// MONITORAMENTO E ACORDOS DE PESCA

Eixos: Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Incidência política e comunicação | Equidade de gênero

Os Apiaká, Kayabi e Munduruku da TI Apiaká-Kayabi e o povo Enawene Nawe têm realizado o monitoramento de suas atividades pesqueiras com apoio da OPAN. Por meio das informações, será possível subsidiar as discussões em torno do ordenamento pesqueiro dos rios utilizados para a pesca de subsistência na região, buscar uma melhor definição do período de defeso na bacia do Juruena, e contribuir para que as comunidades criem seus próprios métodos de monitoramento pesqueiro, além de possibilitar um real dimensionamento dos impactos dos empreendimentos sobre os recursos pesqueiros da região.

No caso do povo Enawene Nawe, as discussões mostraram a importância da construção de instrumentos que permitam um adequado ordenamento pesqueiro por conta de antigos conflitos de pesca que impedem aos indígenas o melhor usufruto dos aquíferos no seu território tradicional.

Diante dessa nova realidade, os Enawene Nawe estão em busca da construção de um acordo de pesca para garantir que eles possam praticar a tradicional pesca de barragem em um dos mais importantes rios para a sua cultura, o rio Preto (*Adowina*). Esse acordo é fundamental para evitar conflitos e garantir que a pesca seja realizada de forma sustentável, respeitando os direitos de uso dos recursos pesqueiros na região, a reprodução cultural e a proteção do meio ambiente, além de garantir harmonia entre os vizinhos.

Considerando instruções normativas do Ibama e da SEMA (IN/IBAMA Nº 29 de 31/12/2022 e IN/SEMA Nº 05 de 26/03/2008), que regulamentam a construção de acordos de pesca em nível nacional e estadual, este foi um passo importante, uma vez que a Secretaria se mostrou disposta a colaborar na construção do acordo.

A intenção é que ele seja concretizado o mais rápido possível, garantindo que o povo Enawene Nawe tenha segurança jurídica e ambiental para exercer seu direito à pesca.



Barragem para pesca tradicional do povo Enawene Nawe (MT).
Foto: Wayali Iholalare Kaholase Saloma.



POVO KAJKWAKHRATXI-TAPAYUNA

// FESTA DO MACACO: REALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS KAJKWAKHRATXI-TAPAYUNA

Eixos: Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Incidência política e comunicação

Após mais de 50 anos, a Festa do Macaco foi realizada na Aldeia Kawêrêtxikô, do povo Kajkwakhratxi-Tapayuna, em Mato Grosso, em agosto de 2024. Cantos e danças carregados de significado tomaram conta do centro da aldeia, enquanto os representantes dos clãs da piranha e do periquito empunhavam a borduna sagrada. A energia da celebração contagiou a todos, desde os mais jovens, que testemunharam pela primeira vez a força da cerimônia, até os anciãos, que viam na festa a chama da resistência e da identidade cultural do povo Kajkwakhratxi-Tapayuna.

Durante a Festa do Macaco, a comunidade Kajkwakhratxi-Tapayuna celebrou duplamente. Além da retomada da tradicional cerimônia, os Kajkwakhratxi-Tapayuna receberam impresso o protocolo de consulta e consentimento livre, prévio e informado, concluído em 2024.

Para Roptyktxi Tapayuna, ancião Kajkwakhratxi-Tapayuna, o documento tem a mesma potência de um arco e flecha. Ao apresentar o documento à comunidade, o líder cobrou que os poderes executivo e legislativo reconheçam o protocolo, referente à sua área de ocupação tradicional.

“Espero que nosso protocolo seja sempre respeitado, porque é um documento que serve como ferramenta de segurança, que garante nosso direito. Quem quiser vir falar com a gente, como donos de empreendimentos, tem que consultar o nosso protocolo, que é nossa garantia e força dos Tapayuna”.

REDE JURUENA VIVO: FORTALECIMENTO INTERNO E INCIDÊNCIA

// ARQUIVAMENTO DA UHE CASTANHEIRA

Eixos: *Incidência política e comunicação*

O início do ano de 2024 foi marcado com uma conquista histórica: o arquivamento do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica (UHE) Castanheira, planejada para ser construída no rio Arinos, afluente do Juruena. Isso foi resultado de 10 anos de luta de povos e organizações da Rede Juruena Vivo, do Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso (Formad) e parceiros que evidenciaram as inconsistências do processo e os impactos irreversíveis previstos, informando aos órgãos responsáveis e à sociedade.

Além do arquivamento na Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT), a construção da UHE foi retirada do Plano Decenal de Energia (PDE) do governo federal. Isso significa que até 2034 não há previsão para essa obra, que interromperia o curso desse importante rio e impactaria os povos indígenas e as comunidades rurais do município de Juara, em especial de Pedreira e Palmital.

O projeto enfrentou forte oposição da comunidade local devido aos seus potenciais impactos ambientais, culturais e socioeconômicos. Estudos mostraram que a construção da usina afetaria cinco diferentes povos indígenas: Rikbaktsa, Munduruku, Apiaká, Kawaiwete e Kajkwakhratxi-Tapayuna, que não foram consultados de forma livre, prévia e informada, como garante a legislação.

A construção da usina hidrelétrica, além de afetar diretamente as comunidades indígenas, gerou preocupação entre os produtores rurais de Pedreira e Palmital. O temor era pelo alagamento de suas terras, o que poderia comprometer ou até mesmo inviabilizar suas atividades agrícolas. A viabilidade econômica do projeto também foi questionada considerando o elevado custo de implantação e a limitada capacidade de geração de energia.

// FORTALECIMENTO INTERNO E DE INCIDÊNCIA DA REDE JURUENA VIVO

A Rede Juruena Vivo passou por uma reorganização interna capaz de ampliar sua presença nos territórios e garantir um funcionamento mais orgânico para as pautas prioritárias. Em 2024, se destaca a criação do regimento interno, o desenvolvimento de um plano de comunicação e a incidência política sobre garimpo e mineração no Juruena.

Além de apoio da OPAN, o Festival Juruena Vivo, um dos principais eventos anuais da rede, também vem recebendo apoio de outros parceiros, o que demonstra o seu amadurecimento e fortalecimento após uma década de incidência em prol da integridade da bacia do Juruena. Em 2024 o festival teve como tema “O mundo começa pelo meu território, cuida!” e foi realizado em novembro, na Aldeia Curva, TI Erikpatsa, contando com convidados que fizeram os cerca de 200 participantes refletirem sobre o papel de cada um na proteção do planeta.

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Incidência política e comunicação | Equidade de gênero*



Apresentação cultural do povo Manoki (MT) durante o 11º Festival Juruena Vivo. Foto: Rede Juruena Vivo.

Durante o festival também aconteceu o lançamento do primeiro edital da Rede Juruena Vivo, “Fortalecendo Elos da Rede”, para apoio a organizações e coletivos na execução de projetos que promovam a governança, a gestão territorial, a cultura e a segurança alimentar. Ao todo, o edital somou R\$ 100 mil para quatro projetos de até R\$ 25 mil cada para execução das atividades e posterior prestação de contas no prazo de até seis meses.



A partir do projeto “Juruena Vivo na pauta climática”, iniciado em 2023, foi possível garantir a contratação de profissionais para a Rede Juruena Vivo, em especial o secretariado-executivo e comunicadoras, o que já foi de grande relevância para garantir o ritmo de atividades da rede.

Debate sobre mudanças climáticas durante o Festival Juruena Vivo, na Aldeia Curva, TI Erikipatsa (MT). Foto: Rede Juruena Vivo.

Além da manutenção da equipe, era necessário para a rede o maior envolvimento de seus membros e capilaridade para a realização das atividades. Assim, foi proposta a nova estrutura de governança da rede, passando de um modelo com atribuições centralizadas em poucas pessoas para outro com novas instâncias e maior representatividade.

A Secretaria Executiva era responsável por manter o diálogo com os membros da Rede, que envolvem cerca de 30 participantes, e o grupo de comunicação. Na nova composição foi formada uma Coordenação Geral com duas secretárias, uma representante da comunicação e um representante de cada microrregião da rede. Essas, divididas em:

- Arinos/Peixes
- Juruena/Sangue
- Rio Iquê e região
- Baixo Juruena
- Papagaio/Sangue/Buriti

// OFICINAS DE JUSTIÇA CLIMÁTICA E ELABORAÇÃO DE CALENDÁRIO ECOLÓGICO

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Clima*

Em agosto de 2024 foram realizadas formações na Aldeia Serra Azul, na Terra Indígena (TI) Tirecatinga, em Sapezal, e na Aldeia Ytu Cachoeira, na TI Apiaká-Kayabi, em Juara, com jovens da Rede Juruena Vivo para discutir os impactos da crise climática e construir propostas de ação.



Oficina sobre justiça climática na Aldeia Ytu Cachoeira, TI Apiaká-Kayabi (MT). Foto: Liliâne Xavier/OPAN

Os encontros tiveram a participação de Tatianny Soares, da Rede Jandyras, e proporcionaram um espaço para troca de conhecimento e formação de participantes das duas terras indígenas e dos convidados – representantes do povo Enawene Nawe na atividade em Tirecatinga, e de duas organizações-membro da Rede na oficina da Apiaká-Kayabi – para atuarem nas discussões sobre justiça climática em diferentes níveis, desde o municipal até o internacional, fortalecendo suas articulações com outros grupos que lutam por essa causa.

Ao longo dos três dias de oficina, os jovens indígenas compartilharam suas experiências e revelaram um quadro alarmante da crise climática em seus territórios. O desmatamento desenfreado, a contaminação dos rios, as ondas de calor e a poluição do ar foram apenas alguns dos desafios mencionados. A preocupação com o futuro das próximas gerações permeou todos os depoimentos.

Com olhar no futuro, os jovens indígenas elaboraram durante as duas oficinas propostas para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. As propostas foram consolidadas e subsidiaram a submissão da Rede Juruena Vivo para o Plano Clima Adaptação, a ser apresentado pelo Brasil na UNFCCC.

// RECONHECIMENTO DE COMUNIDADES LOCAIS NA UNFCCC

Eixo: Clima | Incidência política e comunicação



Participantes da 11ª reunião do Grupo de Trabalho Facilitador da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP)

Em junho de 2024, ocorreu em Bonn, na Alemanha, a 11ª Reunião do Grupo de Trabalho Facilitador (FWG) da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). Apesar de constarem no nome deste espaço oficial da Convenção, estabelecido no Acordo de Paris, a participação das comunidades tradicionais é um ponto de tensão ainda não solucionado porque elas ainda não conseguem se inserir nos trabalhos.

De acordo com decisões da COP24 (Katowice) e COP26 (Glasgow), definiu-se que três cadeiras desta plataforma deveriam ser preenchidas por comunidades locais até a COP29, que aconteceu em Baku, no Azerbaijão. Mas isto não aconteceu.

Para plenária da 11ª reunião do FWG, Herman Oliveira, secretário-executivo do Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso (Formad), fez uma fala impactante que abriu caminho para a discussão sobre a necessidade de maior inclusão.

“Despeço-me com a esperança de que um espaço como este na UNFCCC esteja aberto à discussão deste tema e considere experiências e situações que trazemos do Brasil e que, pelo visto, são desconhecidas por este grupo”, disse Herman ressaltando que as comunidades tradicionais são reconhecidas juridicamente pelo governo brasileiro a partir de uma política nacional graças a uma história de muita luta e de um processo participativo na elaboração de políticas públicas que salvaguardam seu modo de vida, sua cultura e seus territórios, e que são um exemplo para o mundo.

No primeiro dia da COP29, em Baku, o governo do Brasil se comprometeu a tomar as medidas necessárias para reconhecer as comunidades locais na Convenção do Clima. Foi durante o evento paralelo “Desafios e oportunidades para o reconhecimento de comunidades locais na UNFCCC”, realizado pela Rede Mexicana de Organizações Camponesas Florestais (Red Mocaf) e pela OPAN, com apoio do Instituto Clima e Sociedade (iCS), Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas (AMPB), Associação Florestal Comunitária da Guatemala Utz Che’ e Formad.

Para o governo brasileiro, existe uma lacuna de implementação dos direitos das comunidades locais na Convenção do Clima. Para Gustavo Sánchez, presidente da Red Mocaf, durante anos várias organizações não governamentais, acadêmicos e representantes das comunidades elaboraram uma proposta que reúne uma história e cultura em comum. Seus componentes são também reconhecidos por suas próprias comunidades, têm uma relação com o território, que manejam de modo coletivo, e mecanismo próprio de governança e representatividade. “Esses quatro critérios podem ser úteis como um ponto de partida para adoção de algum acordo nesses espaços”, ressaltou.



Anoitecer na TI Pirineus de Souza.
Foto: Henrique Santian/OPAN.

POVO MANOKI

// FORMAÇÕES EM SIG PARA MONITORAMENTO TERRITORIAL

Eixos: Gestão territorial e ambiental | Incidência política e comunicação



Oficina de sistemas de informação geográfica com jovens do povo Manoki (MT). Foto: Cristian Felipe Pereira/OPAN.

Visando fortalecer o monitoramento territorial e a luta pela regularização fundiária de sua terra, foi realizada com os Manoki a formação em Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

A formação contribui para que os indígenas tenham acesso a ferramentas e conhecimentos para mapeamento e análise de seus territórios, identificando ameaças como desmatamento, mineração ilegal e construção de hidrelétricas.

A articulação entre o monitoramento territorial e a regularização fundiária é uma estratégia fundamental para garantir a proteção dos direitos dos povos indígenas. Ao mapear e documentar o uso tradicional da terra, as comunidades indígenas fortalecem seus argumentos nos processos de demarcação e regularização fundiária e defesa destas áreas.

POVO HALITI-PARESI

// PLANOS DE VISITAÇÃO DAS ALDEIAS SALTO DA MULHER E QUATRO CACHOEIRAS, LOCALIZADAS NA TI UTIARITI

Eixos: *Gestão territorial e ambiental*

Os Haliti-Paresi consideram o Turismo de Base Comunitária uma oportunidade de valorização da cultura tradicional e de fonte de renda sustentável. A estruturação da atividade é uma das ações previstas para a implementação do PGTA do povo, publicado em 2019.

Em 2024, o projeto de implementação do PGTA Haliti-Paresi contribuiu para a elaboração das principais diretrizes e orientações para os futuros planos de visitação das aldeias Salto da Mulher e Quatro Cachoeiras, ambas localizadas na TI Utiariti. Os planos fazem parte da estratégia de estruturação e fortalecimento do turismo de base comunitária iniciado em 2020 e que contou, em 2022, com expedições experimentais nas aldeias Rio Formoso, Santa Vitalina, Wazare, Salto da Mulher, Sacre II e Quatro Cachoeiras para começar a implementar a atividade.

Em 2024, com apoio da OPAN, das associações indígenas Haliti-Paresi, da prefeitura de Tangará da Serra e outros parceiros, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) de Tangará da Serra realizou o curso de formação para Agentes de Informações Turísticas (AITs), formando profissionais indígenas dos povos Haliti e Manoki para informar e orientar turistas sobre atrativos, roteiros, serviços e produtos, bem como informações históricas e culturais da região.

Aplicação de ferramenta de monitoramento nos territórios Paresi



Lideranças do povo Haliti-Paresi (MT) utilizam ferramenta para fazer monitoramento do território.
Foto: Giovanni Vera/OPAN.

Em 2024 também foi finalizada a aplicação do Monitoramento da Gestão Ambiental e Territorial Indígena (Monitor-GATI) nas nove terras Haliti-Paresi, com avaliação da gestão nos aspectos ambientais, econômicos, territoriais, organizativos e de parceria, culturais e do bem-estar. Trata-se de uma ferramenta que possibilita a aferição e diagnóstico de processos relacionados à gestão territorial e ambiental.

A avaliação revelou que a gestão territorial é considerada positiva e apresentou diagnósticos detalhados para cada território, apontando suas maiores potencialidades e desafios. Na TI Rio Formoso, por exemplo, os indígenas indicaram três espécies vegetais que se encontram em situação de escassez: a guariroba (usada para cobrir casas tradicionais), a taquarinha (matéria-prima para a flecha sagrada) e a aroeira branca (utilizada na construção das casas).



IV Assembleia das Mulheres Indígenas de Mato Grosso reúne lideranças de todo o

// ASSEMBLEIA DAS MULHERES INDÍGENAS DE MATO GROSSO: UNINDO FORÇAS EM DEFESA DE DIREITOS E TERRITÓRIOS

Eixos: Fortalecimento das organizações indígenas | Incidência política e comunicação | Equidade de gênero

A IV Assembleia das Mulheres Indígenas de Mato Grosso, organizada pelo Departamento de Mulheres da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoint), reforçou o protagonismo das indígenas no estado. Mais de 300 mulheres marcaram presença na aldeia Krehawa, na TI São Domingos, do povo Karajá, para refletirem juntas sobre os desafios comuns em suas vidas e territórios.

Com apoio da OPAN, 40 indígenas do noroeste de Mato Grosso participaram do evento, representando os povos Rikbaktsa, Apiaká, Enawene Nawe, Manoki, Myky, Munduruku, Kawaiwete, Haliti-Paresi e Nambikwara, além de comunicadores populares da Rede Juruena Vivo e indigenistas da instituição.

A assembleia representou um importante momento de reflexão, troca de conhecimentos, construção de estratégias conjuntas e fortalecimento da luta das mulheres indígenas em defesa de seus territórios e de seus direitos. Diante de um quadro de pressões e ameaças contra os territórios e de violências, revelou-se a urgência de ações concretas e políticas públicas que atendam às necessidades dessas mulheres e de suas comunidades.



Mais de 300 mulheres estiveram presentes no evento, realizado na TI São Domingos (MT). Foto: Larissa Silva/RJV.

Para saber mais:



<https://amazonianativa.org.br/2024/07/31/assembleia-das-mulheres-indigenas-de-mt-fortalece-liderancas-femininas-e-possibilita-troca-de-experiencias/>

BACIA DO GUAPORÉ

POVO CHIQUITANO

// UM NOVO PASSO PARA ESTREITAR VÍNCULOS E FORTALECER A LUTA DO POVO CHIQUITANO

Eixos: Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Incidência política e comunicação



Jovens do povo Chiquitano (MT) durante oficina de comunicação popular. Foto: Túlio Paniago/OPAN.

Nos últimos anos, a OPAN vem apoiando o povo Chiquitano, que vive na região de fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Um dos trabalhos foi a realização do diagnóstico socioeconômico, cultural e ambiental, concluído em 2023, com informações sobre a situação atual do povo Chiquitano, delineando as perspectivas de atuação dentro e fora das aldeias.

Com base no diagnóstico, deu-se continuidade à parceria para contribuir com a gestão territorial, a segurança alimentar, o reconhecimento identitário, a incidência política e o fortalecimento de organizações comunitárias, em especial do grupo de mulheres, além de apoio à formação de comunicadores.

As terras indígenas do povo Chiquitano estão em processo de identificação (apenas a TI Portal do Encantado está Declarada pelo Estado, porém não demarcada) e sofrem pressões de diversos tipos, como o avanço do desmatamento para aberturas de pastos e lavouras, aplicação de agrotóxicos no entorno, além de grilagem e mineração. A OPAN tem elaborado propostas junto ao povo para que alcancem mudanças significativas em sua organização, protagonismo, valorização da identidade e luta pelos direitos.

Nesse sentido, vêm sendo realizadas atividades de formação em comunicação para o povo Chiquitano, organizadas em dois módulos complementares, sendo o primeiro na TI Portal do Encantado, conduzida por Kelly Christina Bone Aires, do povo Guajajara (MA), membro do coletivo Mídia Indígena, com a produção de conteúdos sobre assuntos de interesse dos Chiquitano. A conclusão do segundo módulo foi programada para o primeiro semestre de 2025.

Em 2024, foram realizadas rodas de conversa para definição de pontos focais, apresentação do novo projeto, pactuação de alguns acordos e levantamento de dados sobre a quantidade e a diversidade de roças e quintais, visando a ampliação e diversificação de roças, quintais produtivos e hortas, com a entrega de variedades de sementes e mudas em sete comunidades.



Produção de roteiros de audiovisual em oficina de comunicação. Foto: Túlio Paniago/OPAN.

Também foi dado apoio aos grupos de mulheres do povo Chiquitano, em especial das comunidades Beija-Flor (situada no núcleo Urbano de Porto Esperidião) e Nova Fortuna, Aldeia Fazendinha, na TI Portal do Encantado. Conforme a demanda de cada grupo, foram adquiridas máquinas de costura com seus respectivos acessórios, além de tecidos para confeccionar roupas, tapetes, guardanapos e outros itens.

Ainda no sentido de fortalecimento das organizações comunitárias, foram realizadas reuniões preparatórias para construção de uma agenda de articulação política para a participação em dois encontros regionais junto ao movimento indígena. Levando em consideração as agendas locais, foi elaborado um roteiro para facilitar a logística e envolver ativamente todas as dez comunidades do povo Chiquitano.

INTERFLÚVIO XINGU-ARAGUAIA

POVO XAVANTE DA TI MARÃIWATSÉDÉ

// RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO TERRITORIAL NA TI MARÃIWATSÉDÉ

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Incidência política e comunicação*

A OPAN também tem contribuído para o fortalecimento da gestão territorial na TI Marãiwatsédé, do povo Xavante, com o qual cultiva uma relação de décadas de parceria. A equipe de indigenistas tem trabalhado junto à comunidade com ações de recuperação ambiental e proteção territorial.

Cerca de 70% da vegetação nativa, em uma área de transição entre o Cerrado e a Amazônia, foi suprimida por áreas de pastagens durante o período que o povo Xavante foi retirado e mantido fora do seu território tradicional, entre 1966 e 2013.

Nesse sentido, a instituição tem apoiado ações voltadas à restauração florestal com o objetivo de fortalecer iniciativas de recuperação das áreas degradadas no território, favorecendo também processos adaptativos frente ao novo contexto climático. Esta estratégia vem sendo elaborada a partir de um arranjo interinstitucional entre a OPAN, The Nature Conservancy (TNC) e Rede de Sementes do Xingu.

O trabalho de recuperação é realizado a partir de diretrizes agroflorestais e agroecológicas em diálogo com os conhecimentos locais, começando com plantios no entorno das aldeias, além de práticas tradicionais de produção de roçados, manejo da paisagem e recursos de importância cultural.

Essas iniciativas contribuem com o fortalecimento de quintais produtivos, restauração da vegetação nativa, conservação da biodiversidade, segurança e soberania alimentar e multiplicação de espécies de interesse e importância para os Xavante de Marãiwatsédé.

// MULHERES XAVANTE COLETORAS DE SEMENTE: MAIOR AUTONOMIA E EMPODERAMENTO

Eixos: *Gestão territorial e ambiental | Fortalecimento das organizações indígenas | Equidade de gênero*

No mesmo território e diretamente relacionado à restauração e monitoramento, a OPAN também apoia as Mulheres Xavante Coletoras de Sementes (*Pĩ'õ rómha ma'ubumrõ'i'wa*, na língua original) desde o início

dessa inspiradora trajetória, em 2011, quando quatro anciãs se reuniram para coletar sementes. Hoje o grupo é composto por 120 mulheres.

Verdadeiras guardiãs da biodiversidade, coletaram 3,38 toneladas de sementes em 2024, totalizando 34 espécies e garantindo a recuperação de áreas degradadas e a geração de renda para suas famílias. Deste total, 1,5 tonelada foi comercializada, gerando uma renda de R\$124,6 mil, enquanto 294 quilos foram destinados ao reflorestamento do território.

Durante este período de parceria, a OPAN tem contribuído com a estruturação do trabalho, o mapeamento de áreas de coleta, a realização de formações e, uma vez por ano, com o levantamento de espécies, pesagem e entrega das sementes. Em 2024, esse modelo de gestão foi atualizado e as Xavante passaram a ficar responsáveis pelas atividades anuais de entrega, pesagem e levantamento diretamente com a Rede de Sementes do Xingu (RSX), da qual fazem parte.

Essa nova configuração evidencia maior autonomia e governança por parte do grupo de coletoras. A representatividade das mulheres na vida política do território também é cada vez mais significativa. Das 21 aldeias, cinco são chefiadas por cacicas, demonstrando a força das mulheres na tomada de decisões e em posições de liderança.

Entre as mulheres Xavante, a coleta de sementes é um costume passado de geração em geração. A atividade envolve todo um contexto de partilha e troca de saberes, que propicia o fortalecimento da cultura tradicional e das relações, além de um maior conhecimento do território e seus recursos.

A coleta geralmente é dividida por famílias e as incursões podem durar dias. Além da geração de renda, o trabalho é importante por possibilitar o re-conhecimento do território, afinal várias anciãs saíram muito jovens e voltaram já adultas, como é o caso da líder do grupo, a cacica Carolina Rewaptu, que tinha apenas seis anos quando seu povo foi retirado de Marãiwatsédé.

A coleta de sementes contribui em vários níveis com a gestão territorial, uma vez que é importante para o reflorestamento, a vigilância e a proteção do território. Com a gestão cada vez mais autônoma, as mulheres reafirmam seu compromisso com a transmissão de saberes ancestrais para as futuras gerações, com a restauração florestal e com a segurança alimentar do povo Xavante.



Sementes colhidas pelas Xavante e outras coletoras da região Xingu-Araguaia para plantio em Marãiwatsédé (MT).
Foto: Marcelo Okimoto/OPAN.

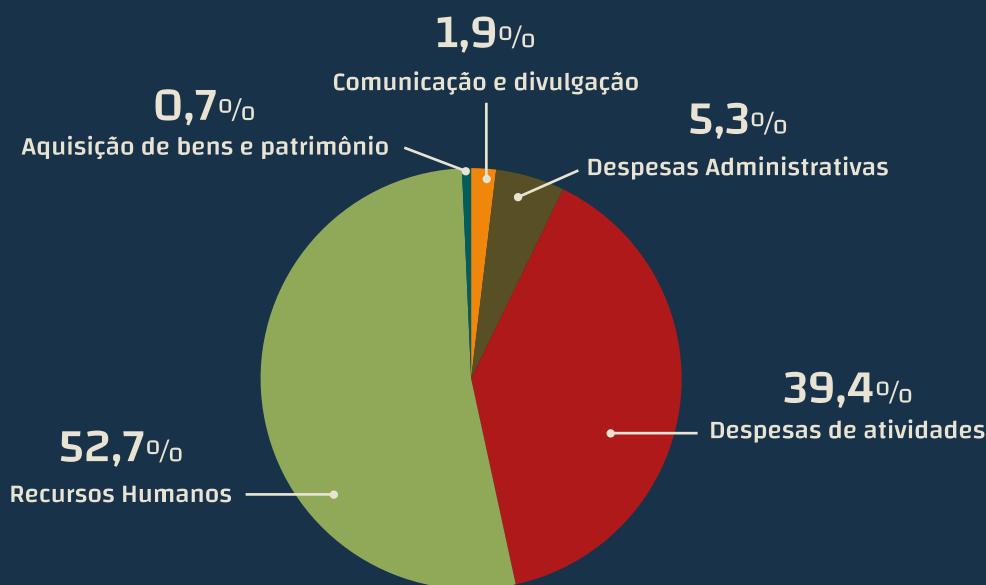


Marcelino Apurinã, precursor na implementação de Sistemas Agroflorestais da TI Caititu.
Foto: Adriano Gambarini/OPANOPAN.

TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL

Em 2024, a OPAN realizou suas atividades por meio de 34 projetos voltados à gestão territorial, ao fortalecimento organizacional e à garantia de direitos dos povos indígenas. A viabilização dessas iniciativas foi possível por uma captação de recursos diversificada, que incluiu organizações sociais, empresas privadas e entes públicos. Entre os apoiadores, em 2024, estão fundações e fundos internacionais de direitos humanos e proteção ao meio ambiente. Do total, 35,19% dos recursos são oriundos de instituições nacionais e 64,81% de países do exterior.

O montante executado foi de R\$ 12.479.267,03, distribuído entre despesas administrativas, despesas com recursos humanos, consultorias e assessorias, comunicação, aquisição de bens e equipamentos e despesas diretas ligadas a atividades de campo junto aos povos indígenas.



Como linha de trabalho, a OPAN historicamente prioriza o uso de recursos em suas atividades de base, com a disponibilização de equipe técnica qualificada para atuar em campo e aquisição de insumos e equipamentos para as atividades de defesa dos territórios, mobilizações e incidência política, geração de renda etc.

Em 2024, a OPAN contou com uma equipe técnica multidisciplinar de 50 pessoas, com atuação vinculada à sede da instituição em Cuiabá, além das regiões Araguaia e Noroeste, em Mato Grosso, e, no Amazonas, com equipes em atuação a partir da sub sede em Lábrea, além de Carauari e Manaus.

Como forma de assegurar a transparência institucional, a OPAN é auditada anualmente, garantindo, assim, integridade e veracidade das demonstrações financeiras e contábeis, a conformidade legal e regulatória e o uso adequado dos recursos recebidos.



Equipe e membros da OPAN reunidos após assembleia anual. Foto: Dafne Spolti/OPAN.

EQUIPE OPAN 2024

Conselho Fiscal

Antonio Miranda de Andrade Neto

Marcos Ramires

Tarsila dos Reis Menezes

Coordenação Executiva

Coordenador geral

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Coordenador técnico

Gustavo Falsetti Viviani Silveira

Programa Amazonas

Coordenação

Diogo Henrique Giroto

Coordenação de projetos

Felipe Rossoni Cardoso

Indigenistas

Antonio Miranda de Andrade Neto

Cristabell Lopez Palomino

José Cândido Lopes Ferreira

Leonardo Kurihara

Magno de Lima dos Santos

Tainara Proença

Valdeson Vilaça

Auxiliares de logística

Antonio das Chagas de Paula

Carlos Rodrigues Araújo

Programa de Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade

Coordenadora

Andreia Fanzeres

Gestora de projetos

Maitê Tambelini

Coordenadores de projetos

Renato Rodrigues Rocha

Ricardo da Costa Carvalho

Indigenistas

Cristian Felipe Rodrigues Pereira

Edemar Treuherz

Liliane Xavier

Michel Andrade

Advogadas

Brisa Libardi

Márcia Dias

Mariana Lacerda

Adriele Fernanda Andrade Precoma

Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso (Formad)

Secretário-executivo

Herman Hudson Oliveira

Comunicadora

Bruna Pinheiro

Advogada

Bruna Medeiros Bolzani

Programa Mato Grosso

Coordenadora

Artema Lima

Coordenadoras de projetos

Lola Rebollar

Luciana Rebellato

Indigenistas

Adryan Araujo Nascimento

Cassiano de Oliveira dos Santos

Elizabeth Carolina Pinheiro Zaratim

Giovanny Vera

Paulo Eberhardt

Marcelo Okimoto

Rodrigo Tawada

Setor administrativo-financeiro

Gerente administrativo-financeiro

Daniel Luid Campos

Técnicos financeiros

Juliana Vieira da Silva

Danilo Santos Neves

Auxiliares-administrativas

Amylly Beatriz de Souza Silva

Rosângela Aparecida Alves Rodrigues

Secretária

Lucirlene Pereira da Silveira

Contabilidade

Lauro José de Souza

Luis Eduardo P. dos Santos

Serviços gerais

Muryel Cristina Dias Otoni

Estagiárias

Irene Borges de Oliveira

Kamila França de Souza

Setor de comunicação

Coordenadora

Dafne Spolti

Comunicadores

Helena Corezomaé

Talita Oliveira

Túlio Paniago

Apoio na Sede/Cuiabá

Rosa Maria Monteiro



Baquité, cesto tradicional do povo Xavante, com sementes e castanhas colhidas pelas mulheres. Foto: Adriano Gambarini/OPAN.

FINANCIADORES



ENDEREÇOS E CONTATOS

Nossos canais

amazonianativa.org.br

secretaria@amazonianativa.org.br

[instagram.com/operacaoamazonianativa](https://www.instagram.com/operacaoamazonianativa)

[linkedin.com/company/operacaoamazonianativa](https://www.linkedin.com/company/operacaoamazonianativa)

[facebook.com/operacaoamazonianativa](https://www.facebook.com/operacaoamazonianativa)

[youtube.com/operacaoamazonianativa](https://www.youtube.com/operacaoamazonianativa)

Endereços

Cuiabá, MT | Av. Ipiranga, 97, Goiabeiras | CEP 78032-035 | +55 (65) 3322-2980

Lábrea, AM | Av. 22 de Outubro, 1759, Centro | CEP 69830-000 | +55 (97) 3331-1737





Na pesca manejada de pirarucu, todas as etapas são coletivas.
Promovem, assim, maior união entre as comunidades.
Foto: Adriano Gambarini/OPAN.

